

A nova *Landnahme*. Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro¹

Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus

Klaus Dörre

Professor de Sociologia na Universidade Friedrich-Schiller, em Jena, Alemanha.

Tradução realizada com o fomento do Edital de Apoio a Periódicos Científicos da FAPERJ.

Versão original: Klaus Dörre, 2012. “Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus”. In *Soziologie - Kapitalismus - Kritik: eine Debatte*, organizado por Klaus Dörre, Stephan Lessenich, e Hartmut Rosa, 21–86. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.

Tradução:

Carolina Alves Vestena

Doutoranda em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Iasmin Goes

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade do Texas em Austin.

Revisão:

Guilherme Leite Gonçalves

Professor de Sociologia do Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro

¹ Para Ulla e Frank Deppe

[...] Eu trabalho em uma grande empresa como trabalhador temporário e não pertencço, portanto, à equipe de trabalhadores permanentes. De todo o modo, não serei mais contratado. [...] Há apenas trabalho temporário por todos os lados. Infelizmente, essa forma de capitalismo tem sido livremente adotada. [...]. Em 2004, depois que as leis sobre trabalho temporário foram flexibilizadas pelo governo federal [...], se consegue por aqui apenas trabalho temporário. Da secretária ao administrador, é a única coisa que se propaga. Os contratos ocorrem sob a convenção coletiva da chamada Federação dos Trabalhadores Temporários e Prestação de Serviços,² que prevê uma remuneração muito menor do que o salário normal de um empregado. A obrigação de pagar um salário equivalente ao de um contratado fixo também não existe mais, tem sido evitada [...]. Eu recebo, em comparação com meus colegas, um terço a menos de salário, cinco dias a menos de férias, nenhum bônus, algo como a metade dos acréscimos, nenhum subsídio para alimentação, não recebo pensão, aposentadoria por tempo de trabalho, nem mesmo aumento salarial, ou lugar no estacionamento; também não posso participar das festas internas da empresa [...] – e isso tudo tendo, em parte, melhor qualificação. Não quero nem falar do peso psicológico. Ele é assustador, é como sentir-se um homem de segunda classe. Há todas razões para isso. Para onde essa situação irá conduzir? Qual saída eu deveria encontrar? O que o senhor me aconselha? Eu estou muito, muito perplexo [...].³

A passagem acima citada, do correio eletrônico de um trabalhador temporário, contém uma queixa que se tornou comum no mundo do trabalho. A aflição psíquica não é tratada de forma pública, nem mesmo a própria miséria em sentido absoluto. Contudo, as experiências descritas são existenciais. Analisando superficialmente, o trabalhador em questão fez tudo certo. Formado em um setor de ponta, a indústria de Tecnologia da Informação, já tendo sido empregado, ele continuou a se especializar para concluir ao final que, apesar de ter terminado a formação escolar, não

² NT: em alemão, o autor refere-se a “BZA-Tarifverträge”, sendo BZA a sigla para “Bundesverband Zeitarbeit Personal-Dienstleistungen”, ou seja, a Federação dos Trabalhadores Temporários e de Prestação de Serviços, que tem competência para determinar regras de remuneração dos trabalhadores temporários em convenção coletiva.

³ NT: Todas as traduções de textos citados no original pelo autor foram traduzidas livremente do alemão para o português pelas tradutoras.

consegue voltar a ter um posto de trabalho permanente. Discriminação dolorosa e perplexidade é tudo o que lhe resta.

Como um sociólogo pode e deve reagir a esse tipo de reclamação? Naturalmente não faltam instrumentários científicos dispostos à compaixão barata. Poder-se-ia informar ao trabalhador temporário em questão que ele tornou-se vítima de uma decisão de alto risco – pessoalmente perturbadora, mas ainda sim o destino escolhido por muitos em uma modernidade individualista. Poderia dizer-lhe francamente, baseado no que ensina a hermenêutica, que ele, por meio do bode expiatório do capitalismo, abriu mão de sua responsabilidade ao invés de decididamente completar seus estudos e assim aproveitar as oportunidades de formação estatisticamente comprovadas. Do ponto de vista dos especialistas na Teoria dos Sistemas, ao autor do e-mail seria talvez explicado que sua reclamação causa um ruído no sistema, em cujas subestruturas ele, no entanto, permanece inevitavelmente incluído. Mas também seria possível fazer algo surpreendente: levar o trabalhador temporário à sério e perseguir a pista que ele próprio oferece em sua mensagem. Há de fato uma conexão entre a situação precária de vida de um indivíduo e uma variante específica de capitalismo? Como criticar e transformar este capitalismo? Quais são as alternativas existentes?

Tentando responder à questão colocada pelo trabalhador temporário, sustenta-se a tese de que, desde os anos 1970, os contornos de uma nova formação capitalista foram criados, a qual será aqui denominada provisoriamente de capitalismo financeiro. Uma característica fundamental dessa formação frágil é a de que ela torna instituições limitadas pelo mercado objeto de uma nova *Landnahme*.⁴ Esse processo se forma entre crises

⁴ NR e NT: Fizemos a opção de manter a expressão “Landnahme” no original em alemão do mesmo modo que adotado pelos tradutores do artigo para o inglês, Loren Balhorn e Jan-Peter Herrmann. Inserimos aqui inclusive a nota explicativa desses tradutores que compartilhamos integralmente: “Traduzido literalmente, Landnahme significa apropriação de terras (land grabbing), tomada da terra ou ganho territorial. Refere-se tanto à expansão capitalista interna como à externa. O conceito de Landnahme sustenta que as sociedades capitalistas não podem se reproduzir sobre seus próprios fundamentos a longo prazo. Para se reproduzirem, elas têm de ocupar continuamente e mercantilizar um “outro” não capitalista (p. ex., regiões, arredores, grupos e atividades). Trata-se, por assim dizer, de uma incessante repetição do ato de acumulação primitiva. Devido à dificuldade de encontrar uma tradução conclusiva

dramáticas. Nelas, os limites da *Landnahme* financeira tornam-se explícitos e permitem que surjam espaços de manobra para mudanças. Para fundamentar esse ponto de vista, deve-se, primeiro, (1) ressaltar as estruturas socioeconômicas centrais do capitalismo. Em seguida, (2) o conceito de *Landnahme* será introduzido, assim como os traços marcantes do capitalismo financeiro (3), e de suas crises (4). Ao final, trata-se de discutir como as reclamações cotidianas podem ser traduzidas em uma crítica sociológica ao capitalismo contemporâneo (5).

1. O que é capitalismo?

Quem pergunta sobre a estrutura socioeconômica central do capitalismo geralmente refere-se à socialização através dos mercados. Para o *mainstream* econômico ou, de forma abreviada, neoliberal, o capitalismo ideal é idêntico a uma sociedade de mercado, que é regulada por meio de um Estado reduzido e além disso, no melhor dos casos, mantida de maneira unificada por um auto-compromisso moral de seus membros. Inúmeros diagnósticos contemporâneos que tratam a transição para uma nova formação capitalista como “economização do social”, como “mercantilização” ou até mesmo como “totalitarismo de mercado”⁵ conectam-se – por vezes criticamente, mas não necessariamente – ao mesmo modelo anteriormente citado. Um problema em tais paradigmas – sejam convergentes ou contra-hegemônicos – é o fato de que eles identificam excessivamente o capitalismo com a generalização da forma mercadoria e da competição. No entanto, como será demonstrado, nem o postulado, nem a crítica ao “puro” capitalismo competitivo, são suficientes para compreender a nova formação social. Assim é necessário, primeiramente, esclarecer o que o capitalismo *não* é ou, ainda, o

exata, o termo *Landnahme* será utilizado ao longo do texto.” Cf. em Klaus Dörre, Stephan Lessenich e Hartmut Rosa. *Sociology, Capitalism, Critique*. Traduzido por Loren Balhorn e Jan-Peter Herrmann. Kindle Edition. London: Verso Books, 2015.

⁵ Cf. N. Rose, “*Tod des Sozialen? Eine Neubestimmung der Grenzendes Regierens*”, in: U. Bröckling, S. Krasmann, T. Lemke (Hg.), *Gouvernementalität der Gegenwart*, Frankfurt/M. 2000, p. 72-109; D. Sauer, “*Arbeit unter (Markt-)Druck: Ist noch Raum für innovative Arbeitspolitik?*”, in: *WSI-Mitteilungen* 58 (2005), H. 4, p. 179-185; K. G. Zinn, Art. “*Neoliberalismus*”, in: H.-J. Urban (Hg.), *ABC zum Neoliberalismus*, Hamburg 2006, p. 164-166, aqui, p. 164.

que ele não é *exclusivamente*.

O paradigma ortodoxo de mercado...

A “exigência de uma separação estrita entre violência de coerção e violência de exclusão”⁶ é fundamental para o sistema de pensamento acadêmico liberal e seu individualismo metodológico. Liberdade é definida primariamente como ausência de coerção e regulação. Relações de mercado que baseiam-se na aspiração ao interesse próprio e deixam aos membros do mercado o maior espaço de decisão possível são consideradas como casos ideais de livre interação. Dessa perspectiva, a ortodoxia de mercado contemporânea trata o respectivo capitalismo de concorrência como requisito para liberdade política. Nesse capitalismo ideal, a busca pelo lucro é o motivo central da ação econômica. Tudo que visa enfraquecer essa motriz, logicamente conduz à distorção da concorrência e, com isso, a deformações sociais. Para Milton Friedman, o ideal de uma empresa com responsabilidade social significa, no melhor dos casos, uma distorção consideravelmente problemática.⁷

Além disso, deve-se acrescentar que o paradigma ortodoxo de mercado é em si diversificado: contém escolas e sistemas de pensamento diferentes.⁸ Mesmo seus expoentes mais radicais admitem que aprenderam a partir das falhas do *Laissez-faire* e reconhecem os limites da coordenação do mercado. Não somente para os “ordo-liberais”, mas também para os representantes da Escola de Chicago, Estado e governo são importantes enquanto “fórum que define as “regras do jogo”, mas também como “juiz-mediador que fiscaliza as regras e diz se elas foram corretamente

⁶ M. Friedman, *Kapitalismus und Freiheit*, Frankfurt/M. 1984, p. 36.

⁷ “Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos empresários de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamentalmente subversiva. Se homens de negócios têm outra responsabilidade social que não a de obter o máximo de lucro para seus acionistas, como poderão eles saber qual seria ela?” Idem, p. 165.

⁸ Cf. J. L. Campbell, O. K. Pedersen. *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. Princeton 2001.

interpretadas”.⁹ Assim, a ortodoxia de mercado não se direciona geralmente contra as associações e organizações sociais. Contudo, ela insiste no princípio da liberdade de contratar que deveria permanecer no modo de atuar de cada organização. Opõe-se “apenas à utilização da coerção na formação de uma organização ou sociedade, não contra a formação social como tal”.¹⁰ Dado que o mercado de trabalho é, segundo esse paradigma, um mercado como qualquer outro, a liberdade de contratar é reivindicada também e exatamente contra as organizações da população assalariada.

Requer-se um mercado que não elimine as desigualdades e assimetrias de poder, mas, pelo contrário, que utilize-as de forma otimizada. Desigualdade é vista a si mesma como “altamente gratificante”,¹¹ pois estimula o empenho dos indivíduos. Abstraindo-se das intervenções estatais indispensáveis, os eventos do mercado funcionam para a ortodoxia de mercado moderna à luz do princípio da “sobrevivência do melhor”. Sua majestade, a eficiência econômica, decide, e somente os mais fortes sobrevivem! Sabe-se que há regras do jogo que devem ser respeitadas pelos parceiros de troca. Essas regras devem ser aceitas não porque tenham sido dadas por Deus ou porque possam ser racionalmente justificadas, mas exclusivamente por um motivo: elas se impuseram. Capitalismo pode ser traduzido na fórmula “mercado + concorrência funcional + liberdade de contrato = eficiência” (máxima emissão de mercadorias pelo menor preço possível). A fórmula recebe, todavia, um acréscimo, sobretudo no Ordo-liberalismo. Este diz que mercados necessitam de um Estado capaz de negociar, o qual pode apenas ser forte se e quando limitado a poucas funções centrais. A “grande realização do mercado” consiste então em reduzir o número de problemas, que “devem ser decididos com a ajuda de medidas políticas”.¹² Como o Estado e o governo estão confinados na função de vigias das regras do jogo do mercado, no final das contas é, novamente, a economia que decide sobre a eficiência da política e seu grau de compatibilidade de mercado.

⁹ Friedman, *Kapitalismus*, p. 38.

¹⁰ F.A. v. Hayek, *Individualismus und wirtschaftliche Ordnung*, Zürich 1952, p. 28.

¹¹ Interview mit F.A. v. Hayek, in: *Wirtschaftswoche*, 6/03/1981; ver: Gertenbach, *Kultivierung des Marktes*, p. 141.

¹² Friedman. *Kapitalismus*, p. 38.

O liberalismo econômico também oferece uma resposta ao nosso interlocutor, o remetente do correio eletrônico. Para a ortodoxia de mercado, o status de “outsider” do trabalhador temporário surge como uma consequência do mercado hiper-regulado. Enquanto uma parte dos empregados, devido ao poder de cartel dos sindicatos, recebe acima do valor de mercado e é especialmente protegida nessa posição, aos grupos “outsiders”, para ter acesso a uma boa remuneração, resta recusar locais de trabalho seguros.¹³ Para melhorar o lugar dos *Outsiders* no mercado de trabalho, é necessário, portanto, enfraquecer o poder dos sindicatos, diminuir o nível do salário, flexibilizar a proteção contra demissão, impulsionar formas de emprego flexíveis, como o próprio trabalho temporário, e dar prioridade a negociações operacionais em detrimento das negociações coletivas vinculadas às categorias. A mensagem é: os trabalhadores temporários queixosos podem ser ajudados, mas somente se “o mercado da mercadoria força de trabalho” continuar a ser desregulado, até que ele, ao final, se equipare novamente ao mercado para maçãs e peras.¹⁴

... e a sua crítica

A noção de que uma tríade de maximização de interesse próprio, concorrência e liberdade de contratar conduziria a uma prestação ótima de serviços e, conseqüentemente, a mais prosperidade para todos é objeto da crítica sociológica há tempos. Parte dessa crítica denuncia que o liberalismo de mercado construiria um *homo oeconomicus*, que frequentaria parceiros ideais de troca, sempre transparentes, completamente informados e agiria em mercados equilibrados e autorregulados, ou seja, em mercados que não existem na realidade. Essa crítica, todavia, atinge o novo liberalismo de mercado apenas parcialmente, pois o individualismo metodológico parte da “limitação do saber individual” e deduz a superioridade da coordenação do mercado frente a outros mecanismos de coordenação justamente do fato de que “nenhum indivíduo ou pequeno grupo pode saber tudo o que qualquer

¹³ Cf. Friedman, *Kapitalismus*, p. 154.

¹⁴ Cf. H.-W: Sinn, *Ist Deutschland noch zu retten?*, Berlin 2005, p. 143-148u. 150.

outro sabe”.¹⁵

Outra variante dessa crítica sociológica argumenta basicamente no sentido de desmascarar o conceito de eficiência do fundamentalismo de mercado. Eficiência pode ser alcançada por meio da minimização dos custos de operação e transação, o que mal aparece nas reflexões neoclássicas. Custos de transação resultam de “atritos nas trocas de serviços no mercado, assim como da cooperação interna nas empresas”. Tais atritos surgem devido a “diferentes saberes e capacidades”, diferentes interesses, possibilidades limitadas de conhecimento e formas de comportamento potencialmente oportunistas”¹⁶ dos atores do mercado. A partir de reflexões teóricas sobre custos de transação, pode-se aprender que eficiência não é nem influenciada apenas pelo plano econômico, nem primariamente pelos preços de concorrência originados nas empresas, mas sim por todas as instituições que regulam as trocas de mercado. Tais reflexões vão muito mais além e sugerem que as instituições são o resultado de processos políticos e históricos relativamente autônomos, e não a expressão de soluções eficientes para proprietários de capital que desejam maximizar seu lucro. Eficiência econômica estabelece assim sistemas de relação altamente complexos entre participantes do mercado e instituições reguladoras, pois a capacidade econômica de prestar serviços não pode ser analisada suficientemente sem a identificação de assimetrias estruturais de poder e conflitos de interesse.

Aqui se inicia uma crítica fundamental ao liberalismo de mercado, como formulada de forma incomparável por Karl Polanyi. Polanyi destrói a noção central do fundamentalismo de mercado, de que força de trabalho, solo e dinheiro seriam mercadorias como todas as outras. Exatamente porque a força de trabalho reside em um recipiente humano, e conseqüentemente se sujeita a um biorritmo e necessita de integração na estrutura familiar e redes sociais para sua própria reprodução, ela seria apenas limitadamente flexível. A transformação de recursos finitos em mercadorias se choca com os limites psíquicos. No mesmo sentido, a utilização do meio de comunicação dinheiro

¹⁵ Hayek, *Individualismus*, p. 28.

¹⁶ O. E. Williamson, *Die ökonomischen Institutionen des Kapitalismus*, Tübingen 1990, p. XIII.

como objeto de especulação conduz, mais cedo ou mais tarde, a instabilidades econômicas. Devido à ignorância em relação ao caráter especial da força de trabalho, do solo e do dinheiro, a ideia de uma economia pura de mercado seria “uma enorme utopia”. Um capitalismo de mercado autorregulado “não poderia existir durante um longo período sem exterminar a substância humana e natural da sociedade; ele aniquilaria os homens psiquicamente e transformaria o seu ambiente em uma selva”.¹⁷

Nesse sentido, Polanyi define a relação entre liberdade e capitalismo como diametralmente oposta ao paradigma da ortodoxia de mercado. Segundo seu entendimento, liberdade positiva pode primeiro e exclusivamente existir através da limitação e regulação das forças de mercado. As “classes abastadas”, as quais desfrutam “da liberdade que lhes oferece o ócio em segurança, “estão naturalmente menos propensa a ampliar a liberdade no interior da sociedade”. Direitos civis elementares, incluído um “direito ao não-conformismo”, também deveriam ser garantidos, todavia, com o sacrifício da eficiência na produção, na eficácia do consumo ou na conveniência e oportunidade da administração. Isso inclui a restrição de liberdades negativas, usufruídas à custa dos mais fracos, a favor de liberdades positivas. Somente o fim da economia pura de mercado poderia significar “o início de uma era de liberdade sem precedentes”¹⁸.

Para o *mainstream* liberal de mercado tais reflexões costumam parecer pura heresia. Mas foi dessa forma que se moldou o pensamento das elites econômicas e políticas depois de 1945. O liberalismo de mercado parecia morto, até ser ressuscitado como ideologia de ataque contra os resultados de uma recém desperta “militância de trabalhadores” nos anos 1970. Como ele visava primariamente à abertura de mercado, a dimensão político-estatal do novo fundamentalismo de mercado foi muito bem mascarada. Para isso também contribuíram variantes críticas, que acreditaram nas palavras da utopia negativa de um capitalismo concorrencial “puro”. O que a ortodoxia de mercado – presumivelmente – recomendou como seu modelo, o “anti-

¹⁷ K. Polanyi, *The Great Transformation* [1944], Frankfurt/M. 19950 p. 19 f.

¹⁸ Idem., p.336f. u. 339; ver também: D. Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford 2005.

totalitarismo de mercado” tomou por objeto de sua crítica. Sem dúvida, a partir desse viés, conseguiu-se compreender traços marcantes da transformação do capitalismo contemporâneo, sobretudo porque a preocupação conceitual com o mercado, a qual aceita a intervenção limitada do Estado de Hayek e Friedman, é reduzida em sua maior parte a simples interpretações e receitas nas discussões quotidianas. A crítica ao “turbo-capitalismo” com seus “mercados desacorrentados” falha, no entanto, em um ponto decisivo quanto ao seu objeto. O capitalismo, mesmo o atual, não é uma sociedade pura de mercado, também não é mero capitalismo de concorrência. Ele nunca poderia ser apenas isso. Sua dinâmica e capacidade de sobrevivência se radica no fato de que o capitalismo, mesmo em processo de crise, por vezes catastrófico, sempre foi capaz de produzir seus próprios mecanismos de auto-estabilização para garantir sua permanência. Exatamente por isso não se pode reduzir capitalismo à concorrência. Sem concorrência mediada pelo mercado, o capitalismo não pode funcionar. Mas, para poder competir, é necessário, certas vezes, que os atores individuais e coletivos tenham por base cooperação e até mesmo solidariedade. Com isso, pressupõem, de certa maneira, o oposto da concorrência mediada pelo mercado.

Uma compreensão do capitalismo que inclua essa contradição deve fazer algumas reflexões conceituais como ponto de partida. Para tanto, há que se retomar um dos primeiros estudos de Pierre Bourdieu sobre a sociedade argelina em transição.¹⁹ Assim como Weber²⁰ e Sombart²¹, Bourdieu relaciona a transição para a economia capitalista com a apropriação de um estilo de vida racional baseado em um pensamento fundado na calculabilidade. Aquilo que o fundamentalismo de mercado assume quase como propriedades supra-históricas, naturalmente dadas, do *homo oeconomicus* – a formação de um modo de pensar racional e calculável, apartado das meras necessidades –, apenas pode surgir devido a circunstâncias históricas específicas. Tais esquemas de pensamento e ação são, como afirma Bourdieu, parte de um

¹⁹ Cf. P. Bourdieu, *Die zwei Gesichter der Arbeit*, Konstanz 2000.

²⁰ Cf. M. Weber, “*Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*” [1904/105], in: M. Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, Tübingen 1988, p. 17-206.

²¹ Cf. W. Sombart, *Der moderne Kapitalismus*, 2 Bde., München 1924.

“*habitus econômico*”. Diferentemente de Weber e Sombart, Bourdieu vincula, no entanto, as chances de apropriação do pensar orientado pela calculabilidade e de sua transformação em um hábito à experiência elementar da estabilidade social. Para o sociólogo francês, o desenvolvimento de consciência voltada para o futuro somente é possível a partir de pelo menos um mínimo de segurança de emprego e de renda. Somente essa consciência do futuro, que requer capacidade de planejamento individual, torna real o comportamento baseado na racionalidade e na calculabilidade. Mesmo empresas inovadoras, estruturalmente confrontadas com incertezas, necessitam um mínimo de segurança de planejamento. Em seus mais genuínos interesses (de lucro), aspiram limitar, ao menos temporariamente, a arbitrariedade da concorrência de mercado. Para isso dispõem de seus recursos de poder. A associação de mercado baseia-se, assim, em lógicas contraditórias e conflitivas de ação. Cada ato de troca regulado por preços, se não for tratado como isolado, requer fundamentação social, requer, sobretudo, um regime de tempo, que ultrapasse o horizonte do ato de troca controlado pelo mercado. As formas desenvolvidas do capitalismo com seus subsistemas diferenciados não podem escapar dessa dado inevitável.

A ortodoxia de mercado que critica o “capitalismo social”²² também sabe disso. Seu modelo, um capitalismo concorrencial regulado no interior de fronteiras dadas e conhecidas, manteve-se como ficção, mesmo nos casos das mais radicais tentativas de implementação – Chile, México, USA ou Grã-Bretanha. Em todos os lugares, o fortalecimento da socialização pelo mercado desenvolveu, ao contrário do anunciado, um Estado burocrático fiscalizador, que controla, ele próprio, muitas atividades econômicas básicas em seus mínimos detalhes. O ideal universalista do liberalismo econômico já contém, se não o seu oposto, diversos particularismos. Aonde o liberalismo de mercado propaga a abertura dos mercados, o liberalismo de direitos necessita de uma forma de Estado funcional que esteja em condições de oferecer garantias legais. O não tão mínimo Estado de concorrência da atualidade gera uma profusão de regulamentos que restringem o princípio de mercado. Para seus

²² R. Sennett, *Die Kultur des neuen Kapitalismus*, Berlin 2007. p. 27.

defensores, é exatamente isso o que constitui o charme cínico do paradigma radical de mercado. Os fundamentalistas de mercado sabem exatamente que eles proclamam uma ideologia de ataque, que nunca alcançará completamente seu objetivo.²³ Com isso, a mensagem transmitida nunca se esgota. Sempre que a doutrina radical de mercado falhar, seus adeptos poderão afirmar que existem instituições de mercado limitadas, que deformam a concorrência e que provocam falhas de alocação. Se, em caso de crise, a intervenção do Estado a favor – como dizemos – de instituições de crédito doentes é bem sucedida, isso pode ser justificado pela função reguladora necessária do governo. Dessa forma, o fundamentalismo de mercado tem sempre razão. Semelhante a uma teodiceia, o paradigma ortodoxo de mercado cria para si um compêndio de verdades eternas. Pelo menos entre os economistas alemães, é um sacrilégio criticá-las.

Capitalismo como economia de mercado que se autonega

Essa afirmação significa também sustentar que o liberalismo econômico fundamentalista comporta uma ideia de capitalismo reduzida e irrealista. Para evitar tais visões estreitas, é importante reatualizar uma variante crítica que conceitua o capitalismo como uma contínua economia de mercado que se autonega. Conforme Marx, só se pode falar de capitalismo quando surge uma forma econômica, na qual o dinheiro acumulado é investido em mercadoria com o fim de produzir mais dinheiro; uma invenção que pode ser traduzida pela fórmula concisa D-M-D'. A transformação de força de trabalho e recursos naturais em capital, que “com o objetivo da maximização do lucro, do aumento do capital novamente investido, sempre retorna ao ciclo da economia”,²⁴ constitui a dinâmica especial da forma econômica capitalista.

A caricatura de uma economia pura de mercado é negada por Marx de três formas. *Primeiro*, uma assimetria de poder fundamental esconde-se detrás da relação de troca, na qual os proprietários livres das mercadorias se

²³ Cf. N. Klein. *Die Schockstrategie*. Frankfurt/M, New York 2007.

²⁴ L. Boltanski. È. Chiapello, *Der neue Geist des Kapitalismus*, Konstanz 2003, p. 39.

encontram para trocar mercadorias por valores equivalentes. Na economia capitalista, a força de trabalho humana torna-se uma mercadoria comum, como se ela se submetesse ao princípio da troca de equivalentes. Dotada apenas do poder de criar valor de troca, ela possui, no entanto, uma característica especial. Sua capacidade de produzir valor de troca é consumida pelos usuários para além de um limiar que é definido pelos custos médios de reprodução da força de trabalho. A força de trabalho humana pode, assim, se tornar fonte de um produto excedente, de mais-valia. Com isso, torna-se fundamental para a econômica capitalista o fato de que a apropriação e o uso desse produto excedente realiza-se na forma de relações particulares de produção. Uma classe de proprietários de capital que monopoliza a propriedade dos meios de produção está em condições de se apropriar do mais-valia produzido. Enquanto os trabalhadores assalariados são pagos meramente segundo o valor de sua força de trabalho, o qual – dependendo do nível de vida material e das relações de força entre as classes sociais – oscila em torno dos custos de reprodução dessa força de trabalho, os capitalistas são capazes de consumir a força de trabalho de tais trabalhadores para além dos custos do salário. Após a dedução dos custos do capital constante (matéria-prima, energia, máquinas), os capitalistas alcançam pelas vendas bem sucedidas um lucro que pode ser reinvestido com o objetivo de obter um ganho ainda maior. Não é necessário compartilhar os controversos fundamentos da teoria do valor do diagnóstico marxista sobre a exploração²⁵ para reconhecer que se esconde uma assimetria de poder fundamental por trás da troca de força de trabalho por salário. Os proprietários do capital podem, antes de tudo como indivíduos, confiar em seu poder de mercado para impor seus objetivos. A relação capitalista não oferece a partir de si mesma nenhum incentivo para a organização. Os trabalhadores assalariados, ao contrário, somente podem influenciar as condições pelas quais vendem sua força de trabalho quando superam sua concorrência e começam “a formar

²⁵ Cf. M. Berger, *Karl Marx. Das Kapital*, München 2004, p. 64-128; M. Heinrich, *Kritik der politischen Ökonomie*, Stuttgart 2004; P. Sraffa, *Warmproduktion mittels Waren*, Frankfurt/M. 1963.

coalisões contra os burgueses”.²⁶ Associações como os sindicatos são primeiramente defensivas, as quais, enquanto “esgrimistas dos preços” (*Preisfechter*), atuam para que o salário corresponda ao valor total da força de trabalho. Segundo Marx, no entanto, elas fracassariam em sua finalidade, na medida em que “conduzem uma mera batalha perdida contra os efeitos do sistema existente ao invés de, ao mesmo tempo, tentar modifica-lo”.²⁷

O conflito de classes interno ao modo capitalista de produção – que pode ser pacificado, mas, em última instância, não pode ser suspenso – não é a única característica estrutural do capitalismo (que se desvia do ideal de equilíbrio de mercado e que, quando necessário, é criado por forças estatais). Não menos importante é, *em segundo lugar*, a propensão de crise do capitalismo condicionada pela concorrência. Para vencerem concorrência, os capitalistas, enquanto produtores isolados uns dos outros, são coagidos a melhorar seus métodos de produção continuamente. Um motivo central para isso é a caça por mais lucros: um “capitalista, que utiliza os melhores modos de produção, mas não os generaliza, vende abaixo do preço de mercado, mas acima do seu preço de produção; assim ele aumenta a sua taxa de lucro, até a concorrência equiparar-se a ele”.²⁸ Esse motivo, que garante uma melhora contínua dos meios de produção, dos equipamentos técnicos e da organização do trabalho, realiza simultaneamente uma produção sistemática de desequilíbrios de mercado. Os capitalistas individuais ampliam suas capacidades de produção sobre campos lucrativos de transação, mas se defrontam, mais cedo ou mais tarde, com os limites de seu volume de negócios. Esse problema de realização revela a tendência de instabilidade sistêmica da acumulação do capital. Os participantes do mercado, principalmente os capitalistas, explicitam um comportamento que, como formulou o antigo mestre da especulação, George Soros, considerando as estratégias de investimento nos mercados financeiros contemporâneos, não corresponde a nenhum ideal de equilíbrio harmônicos. Bem ao contrário, o

²⁶ K. Marx, F. Engels, “Das Manifest der kommunistischen Partei. [1848], in: K. Marx, F. Engels, Werke (MEW, Bd.4), Berlin 1959, p. 459-493, aqui p. 468.

²⁷ K. Marx, “Lohn, Preis und Profit”, [1865], in: K. Marx, F. Engels, Werke (MEW, Bd.16), Berlin 1962, p. 103-152, aqui p. 152.

²⁸ K. Marx, *Das Kapital*, Bd.3 [1894] (MEW; Bd. 25), Berlin 1976, p. 241.

comportamento desses participantes parece o movimento de uma “bola de demolição”, cujos impulsos pendulares sempre conduzem a exaustos dramáticos, crises, destruição e extermínio de capital.²⁹ Na teoria marxista, crises econômicas periódicas³⁰ não são, no entanto, indicador de um iminente colapso do sistema. Ao contrário, o ciclo de crise é funcional até um certo grau, pois o extermínio do capital em um determinado ponto, exatamente devido a necessidade de substituição de meios de produção, torna-se um desencadeador de demanda e com isso um estimulador de uma nova dinâmica de acumulação.

Em terceiro lugar, é decisivo, contudo, que as crises econômicas promovam um processo que caminhe em direção a uma restrição parcial da concorrência e a uma mudança das relações de propriedade no interior do modo de produção capitalista. Sem rodeios, pode-se dizer que a concorrência capitalista produz, de certa forma, seu oposto, a abolição da livre concorrência e a “socialização” da propriedade privada. A “expropriação se completa por meio do jogo das leis imanentes da próprio modo de produção capitalista, por meio da centralização dos capitais”, pois “cada capitalista causa a morte de muitos [outros]”.³¹ A concentração de meios de produção, de forças de trabalho e a simultânea centralização de capital levam (como Marx já antecipara) sociedades de ação a se tornar empresas monopolistas. Essas grandes empresas não conseguem nunca, no entanto, enfraquecer completamente a concorrência capitalista; mas, com a aplicação de seu poder de mercado, elas são capazes de influenciar a formação dos preços, de construir barreiras à entrada no mercado e de retardar a desvalorização do capital.

O surgimento de enormes conglomerados empresariais destrói a ideia de mercados equilibrados harmônicos em muitos sentidos. As grandes empresas burocráticas e mesmo as companhias estatais podem utilizar-se de seu poder de mercado extraordinário de forma produtiva. O mundo teria

²⁹ Cf. G. Soros, *Die Krise des globalen Kapitalismus*, Berlin 1998, p. 83 ff.

³⁰ Cf. R. Brenner, *Boom & Bubble*, Hamburg 2003; J. Hoffmann (Hg.), *Überproduktion, Unterkonsumtion. Depression*, Hamburg 1983.

³¹ K. Marx, *Das Kapital*, Bd.1 [1867] (MEW; Bd. 23), Berlin 1973, p. 790.

ficado possivelmente por mais tempo sem estradas de ferro, se “ele tivesse tido que esperar até que a acumulação de um único capitalista individual trouxesse”³² os respectivos investimentos para tanto. Ademais, as grandes burocracias das empresas introduzem um certo grau de planejamento e calculabilidade nas atividades econômicas. Ao mesmo tempo, “essa abolição do modo de produção capitalista no interior do próprio modo de produção capitalista” produz, porém, uma fonte permanente de instabilidade econômica:

Ele [o processo contraditório de uma abolição relativa da concorrência, K.D.], produz o monopólio em certas esferas e, com isso, requer interferência estatal. Ele reproduz uma nova aristocracia das finanças, uma nova espécie de parasitas sob a forma de formuladores de projetos, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de embustes e fraudes em relação à criação de sociedades, emissão e negociação de ações. É produção privada sem o controle da propriedade privada”.³³

Para além da questionável comparação com animais (“parasitas”), Marx antecipa claramente uma problemática hoje refletida, por exemplo, nas teorias do dilema da agência. Já no nível de desenvolvimento histórico do capitalismo que Marx conheceu, a especialização de funções do capital – a separação entre propriedade de capital e gestão, a diferenciação no setor de crédito e a emergência de uma oligarquia financeira com interesses próprios específicos – criam inevitáveis interesses setoriais, atritos e falta de transparência, os quais retiram do ideal de mercados autorregulados qualquer credibilidade. O capitalismo organizado, cuja existência Marx sem dúvida antecipou, é também certamente uma economia específica de mercado. Ele só pode, no entanto, funcionar como economia de mercado, porque ele se baseia em intervenção do Estado, burocratização, reconhecimento de interesses organizados e em uma abolição parcial das relações de concorrência, que ele, porém, reproduz em uma escala mais ampliada.

³² Idem., p. 656.

³³ Marx. *Das Kapital*. Bd. 3. p. 454.

2. Como o capitalismo se desenvolve?

O que o nosso já mencionado trabalhador temporário pode aprender a partir da trajetória argumentativa realizada até agora? Ele já sabe que economia de mercado e capitalismo não são idênticos. Também está bastante claro para ele, que não há como esperar algo de bom da atual ortodoxia de mercado. De algum modo, também já percebeu que não consegue evitar Marx e sua análise do capitalismo. Com o velho filósofo de Trier, ele aprende a conceituar o capitalismo como o “sistema absurdo”,³⁴ no qual a grande massa dos produtores perdeu seus direitos de propriedade sobre seus produtos, enquanto o pequeno número comparativamente de capitalistas permanece trancado em um processo abstrato desacoplado completamente das necessidades de consumo concretas e dos valores de uso, que visa exclusivamente à auto-realização de valor e ao aumento de capital conforme sua própria vontade. A cisão de valor de uso e de troca já traz em si a possibilidade de crises. No entanto, consegue continuamente motivar não somente os capitalistas, mas também a ampla massa, a participar no “sistema absurdo”.

Se quiser melhor se compreender, nosso trabalhador temporário precisará, todavia, estender seus esforços intelectuais para além de Marx. Aparentemente um específico “espírito do capitalismo”³⁵ dota de sentido o trabalho remunerado, assim como outras atividades sistêmico-funcionais. O espírito capitalista é um sistema ideológico, mas não mera falsa consciência. Cada vez mais, indivíduos e grupos sociais adquirem motivações, técnicas e esquemas de pensamento e ação, que os tornam capazes de agir em situações concretas de vida. Por vezes o efeito de integração visado é tão forte que absorve até mesmo a crítica fundamental ao capitalismo que emerge em momentos de crise e a transforma em forma de legitimação mediadora de conflitos. Não há dúvidas que o conhecimento disso ampliará ainda mais o

³⁴ Boltanski. Chiapello. *Der neue Geist des Kapitalismus*. p. 42.

³⁵ Isso significa uma “totalidade de crenças, que são ligadas à ordem capitalista, e contribuem para justificação dessa ordem, legitimação e, com isso, promoção das formas de ação e disposições a ela conectadas” (Idem., p. 46).

grau de perplexidade do nosso interlocutor. O capitalismo é invulnerável? A tentativa de resposta a esta questão nos conduz a um outro problema. Para desarmar a crítica, o capitalismo precisa se legitimar, às vezes através de procedimento democrático, e atender à crítica ao menos parcialmente. Mesmo se ela ao final estabilizar o sistema, isso não significa que a crítica do capitalismo perde seu efeito. Ela contribui para transformar o capitalismo. Assim ela deve, caso queira permanecer apta a produzir efeitos, se relacionar a cada estágio específico de desenvolvimento do capitalismo e modificar seu sistema de coordenação junto às transformações do sistema. Mas como o capitalismo se desenvolve? A resposta pode ser encontrada em um teorema concebido pelo geógrafo David Harvey³⁶ a partir de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt. A partir dele, o desenvolvimento capitalista pode ser compreendido como a sucessão de *Landnahmen* de espaços não-capitalistas.

A acumulação primitiva do capital

Na verdade, Marx analisou a forma fundamental de *Landnahme* capitalista. Em suas reflexões sobre “a assim chamada acumulação primitiva”,³⁷ ele delinea o surgimento do capitalismo em um ambiente não-capitalista. A característica essencial dessa desenvolvimento é a formação das relações capitalistas de propriedade e de classe. A expropriação do campesinato funciona como o pressuposto central para a gênese de um novo tipo de produção, de um “trabalho assalariado duplamente livre” desprendido da gleba e da corporação. Esse processo, o qual corresponde, em seu oposto, à monopolização da propriedade privada dos meios de produção por um pequeno grupo de proprietários, é retratado por Marx como um caso manifestamente brutal, baseado menos em talento e virtudes do que em séculos de histórias permanentes de expropriação dos camponeses, cerco violento da terra comum, roubo de bens da igreja, opressão colonial e comércio de escravos.

A pesquisa histórica substituiu aquilo que Marx apresentou de maneira

³⁶ Cf. D. Harvey, *Limits to Capital*, London 2006.

³⁷ Cf. Marx, *Das Kapital*, v.1, p. 741ff.

mordaz por análises diferenciadas. É bastante claro que Marx se baseia sobretudo no exemplo inglês. Além disso, ele estava obviamente limitado aos conhecimentos históricos de seu tempo. Hoje é sabido que a transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu a partir de formas variadas menos despóticas,³⁸ o que – conforme, por exemplo, afirmado por Edward P. Thompson sobre a Inglaterra durante a Revolução Industrial – implicou a renúncia de uma “historiografia catastrófica”, sem, no entanto, endossar uma ortodoxia anti-catastrófica.³⁹ Nesse ponto, interessa, no entanto, menos a luta entre as diferentes interpretações históricas sobre a formação do capitalismo e muito mais o padrão básico da argumentação marxista. *Landnahme* significa, assim, expansão do modo de produção capitalista para dentro e para fora. Nesse sentido, a separação de grande parte da população agrícola de suas terras criou um “mercado interno”: a população sem terra foi coagida a se sustentar a partir da venda da sua força de trabalho. A pura orientação às necessidades foi eliminada; matérias-primas e mantimentos tornaram-se mercadorias. A subsequente eliminação das indústrias auxiliares e do processo de cisão entre manufatura e agricultura causaram uma reestruturação ainda mais radical, que forneceu o potencial necessário de força de trabalho ao modo de produção capitalista em expansão.

Como Marx mostrou de forma impressionante, esta *Landnahme* interna é, desde o começo, um processo altamente político baseado na intervenção do Estado. Nem a mudança das relações de propriedade e a expropriação do campesinato, nem o direcionamento e disciplinamento das forças de trabalho liberadas para o novo modo de produção, teriam sido possíveis sem intervenção do Estado. Isso explica porque leis, cujas origens remontam ao período feudal, foram continuamente utilizadas para estabelecer uma coerção geral ao trabalho e para regular politicamente o salário. O “povo campesino transformado em vagabundo” foi “acoitado, marcado a fogo e torturado por meio de leis grotesco-terroristas para a disciplina necessária do

³⁸ Cf. E. M. Wood, *The Origin of Capitalism*, New York 1999; F. Braudel, *Sozialgeschichte des 15.-18. Jahrhunderts*, 3 Bde., München 1985/86; M. Mann, *Geschichte der Macht*, Bd.2, Frankfurt/M., New York 1994, pp. 319-424.

³⁹ Cf. E. P. Thompson, *Die Entstehung der englischen Arbeiterklasse*, Bd. I, Frankfurt/M 1987, p. 203 ff.

sistema de trabalho assalariado”.⁴⁰ Sob pontos de vista sistemáticos trata-se, todavia, menos do grau de brutalidade do que do fato de que uma forma de precariedade politicamente construída foi utilizada para disciplinar a força de trabalho liberada para um novo modo de produção. No entanto, o disciplinamento sistêmico-funcional poderia ter sido bem sucedido com menos violência, talvez através da absorção sistêmica de habilidades pré-capitalistas, conhecimentos e relações sociais.

Apenas com o advento da grande indústria, com suas máquinas e sistema de manufatura, foi possível oferecer uma “base constante para a agricultura capitalista, expropriar radicalmente a imensa maioria do povo camponês, concluir a separação entre a agricultura e a indústria doméstica rural” e, ainda, “conquistar todo o mercado interno para o capital industrial”.⁴¹ Ademais, toda a Revolução Industrial foi caracterizada, durante muito tempo, pela exclusão política do trabalhador. Mesmo na Inglaterra, a liberdade de associação e o direito dos trabalhadores de formar sindicatos foram afirmados depois de um longo tempo. Mesmo em seus primórdios, o capitalismo nunca foi uma economia de mercado auto-regulável. O Estado atuou continuamente como parceiro indispensável para o nascimento do novo modo de produção. Ele garantiu que a formação do mercado se realizasse sob as condições de assimetrias estruturais de poder. A expansão externa do modo de produção capitalista baseou-se no fato de que o capitalismo, desde seu nascimento até a constituição de um sistema internacional interconectado acima e além dos Estado-Nações, foi impulsionado politicamente. Nessa medida, a formação do mercado nos longos séculos que compreendem o período da acumulação primitiva também foi um processo motivado politicamente e marcado por assimetrias de poder. Marx defendia, no entanto, a visão de que o exercício de coerção política, inclusive a violência aberta em suas diversas manifestações, permaneceria um mero episódio da pré-história do capitalismo. No transcurso histórico, surgiria uma classe de trabalhadores que “a partir da educação, da tradição e do costume, reconheceria as

⁴⁰ Marx, *Das Kapital*, v. 1, p. 765; ver também M. Foucault, *Wahnsinn und Gesellschaft*, Frankfurt/M. 1996, p. 80 f.

⁴¹ Marx, *Das Kapital*, v. 1, p. 776 f.

condições daquele modo de produção como leis naturais auto-evidentes”. Violência externa à economia seria, portanto, empregada apenas como exceção: em situações normais, os trabalhadores podiam ser abandonados ao curso das “leis naturais da produção”. A “coerção silenciosa das relações econômicas” selou “a dominação dos capitalistas sobre os trabalhadores”.⁴²

Generalização da tese da *Landnahme*

Não apenas os hereges marxistas⁴³ questionaram a validade universal dessa reflexão. Nos seus estudos sobre imperialismo, Hannah Arendt constata abertamente que a acumulação primitiva se repete sob condições históricas diferentes.⁴⁴ Arendt assume o argumento que Rosa Luxemburgo desenvolveu em sua obra central “A acumulação do capital”. Dessa perspectiva, o desenvolvimento capitalista é compreendido a partir de um duplo desenvolvimento. Um tipo de desenvolvimento se impõe nos centros de produção de mais-valia: nas fábricas, na agricultura capitalista e nos mercados de comanditeis. Nesse âmbito, o capitalismo se reproduz continuamente sobre suas próprias bases. O outro tipo de desenvolvimento é trilhado nas relações de troca entre, de um lado, a acumulação capitalista e, de outro, os modos de produção e territórios não-capitalistas.⁴⁵ O argumento de Luxemburgo afirma que apenas um volume limitado do produto social total pode ser realizado no “trânsito interno”. Uma demanda solvente estruturalmente restrita necessita que a realização de partes do mais-valia se dê “externamente”. Esse problema se aguça com o aumento da massa de valor, tanto em termos absolutos quanto relativos, no que se refere ao mais-valia produzido. Para Luxemburgo, as tensões daí crescentes explicam a aparência contraditória, segundo a qual “os antigos países capitalistas fornecem um para os outros mercados efetivos cada vez maiores e indispensáveis entre si; ao mesmo tempo, concorrem de

⁴² Idem., p. 765.

⁴³ Cf. R. Luxemburgo, “*Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus*” [1913], in: *Gesammelte Werke*, Bd. 5. Berlin, 1975. p. 5-411.

⁴⁴ Cf. H. Arendt, *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft*, München 2006, p. 332ss.

⁴⁵ Luxemburgo, “Akkumulation” p. 315.

maneira cada vez mais cruel com países não-capitalistas”.⁴⁶ Seguindo este argumento, Hannah Arendt acentua:

Os anos das crises mais difíceis, os quais introduzem o tempo do imperialismo, teriam instruído a crise do capital industrial sobre o fato de que a “realização da mais-valia como primeira condição requer um círculo de compradores fora da sociedade capitalista”. Oferta e demanda poderiam somente ser reguladas no interior do território nacional, até que o sistema capitalista não tenha abrangido todas as camadas da população [...]. Somente quando o capitalismo penetrou na estrutura geral da vida econômica e social de cada país e ordenou todas as camadas da população no sistema de produção e consumo por ele determinado, tornou-se manifesto que “a produção capitalista”, desde seus primórdios, em suas formas e leis de movimento, foi calculada como a arca do tesouro das forças de produção sobre toda a terra; e que o movimento da acumulação, com sua paralisação, deveria colapsar inevitavelmente o sistema como um todo, necessitaria permanentemente de novos territórios que ainda não tivessem sido completamente desenvolvidos de forma capitalista e, assim, poderiam abastecer o processo de transformação capitalista (*Kapitalisierungsprozess*) com mercados de matérias-primas, mercadorias e trabalho.⁴⁷

Duas ideias, que se remetem a Luxemburgo e Arendt, não podem ser mantidas à luz do debate contemporâneo. Isso vale em primeiro lugar para a teoria do subconsumo.⁴⁸ Embora certamente existam fases ou períodos de desenvolvimento nos quais processos de crise econômica possam ser conduzidos ao subconsumo, hoje em dia, as explicações internacionalmente dominantes reconhecem, por exemplo, que fraqueza de demanda pode ser balanceada com capacidade de investimento. Por essa razão, as novas teorias sobre a crise, que se vinculam à crítica marxista da economia política, apoiam-se cada vez mais no fenômeno da sobreacumulação.⁴⁹ Da mesma forma que a teoria do subconsumo, particularmente problemático para a tese da *Landnahme* são as implicações de uma teoria da derrocada, como

⁴⁶ Idem., p. 316.

⁴⁷ Arendt, *Elemente*, p. 333.

⁴⁸ É controverso se Rosa Luxemburgo pode ser de fato descrita como teórica do subconsumo. Ver: E Haug, *Rosa Luxemburg und die Kunst der Politik*, Hamburg 2007.

⁴⁹ Cf. Brenner, *Boom*; D. Harvey, *Der neue Imperialismus*, Hamburg 2005, p. 1371ss.

explicitamente formulada por Arendt e Luxemburgo. Certamente, as *Landnahmen* capitalistas são em diversos sentidos irreversíveis. Pense-se, por exemplo, quando absorvem modos tradicionais de produção ou exaurem recursos naturais. Nesse sentido, a capitalização total de mercados externos aparece como um processo no qual se deve chegar ao final a um distante ponto de fuga, pois sem mercados externos não há capitalismo.

Há, no entanto, uma outra leitura mais interessante do teorema da *Landnahme*. Segundo esse entendimento, o capitalismo é capaz de trocar sua pele em certos momentos de seu próprio desenvolvimento. Isso significa que o *regime de acumulação*⁵⁰ e as relações de propriedade, os *modos de regulação*⁵¹ e os *modelos de produção*⁵² são revolucionados e transformados, mas apenas com o objetivo de manter o próprio capitalismo. Um dos fundadores do marxismo ocidental, Antônio Gramsci, descreveu tais transformações como “revoluções passivas” e relacionou esse conceito, entre outros, ao fascismo italiano, mas também ao surgimento do modo de produção fordista e da cultura de massas (“Americanismo”).⁵³ Tais transformações são possíveis, pois, em certas relações espaço-temporais, o capitalismo pode se vincular sempre a um “externo” que, em parte, ele mesmo produz. O capitalismo pode, assim, tanto utilizar um “externo” já existente (sociedades não capitalistas ou uma região determinada no interior do capitalismo [...], que ainda não foi proletarizada) quanto produzi-lo

⁵⁰ Pode-se falar de um *regime de acumulação* quando surge, durante um longo período, uma relação de correspondência entre as condições materiais de produção, seu desenvolvimento e o consumo social. Ver: M. Aglietta, *Ein neues Akkumulationsregime*, Hamburg 2000, p. 12ff.

⁵¹ *Modos de regulação* são a totalidade de formas institucionais, organizações, normas explícitas e implícitas, que estabelecem a coesão da sociedade. Por meio deles, interesses contrários e comportamentos de grupos sociais e indivíduos harmonizam-se com as exigências da valorização do capital. Com a categoria do *dispositivo de regulação* explicita-se que as mudanças nos meios de regulação não devem ser compreendidas como a eliminação completa de um modo anterior de regulação e sua imediata substituição por um modo de regulação completamente novo. Ver: K. Dörre, B. Röttger, *Im Schatten der Globalisierung*, Wiesbaden, 2009.

⁵² *Modelos de produção* são redes de relações sociais, que estabelecem conexões entre a organização dos negócios, as formas de concorrência, as relações de trabalho e o sistema educativo. Ver: R. Boyer, J.-P. Durand, *After Fordism*, London 1997, p. 3.

⁵³ A. Gramsci, *Gefängnishefte*, Bd.I [1929], Hamburg 1991, p. 101f.; ver: A. Gramsci, *Gefängnishefte*, Bd.9 [1934f.], Hamburg 1999, p. 2063ss.

ativamente”.⁵⁴ A produção ativa de um “externo” significa que a *Landnahme* é, a princípio, uma corrente interminável. O “pecado original” da acumulação primitiva, isto é, “uma ruptura da lei econômica pura por meio de ação política”,⁵⁵ pode e deve se repetir continuamente em diferentes níveis.

David Harvey ampliou essa dialética do interno-externo para uma teoria do desenvolvimento capitalista.⁵⁶ Para ele, a dinâmica do capitalismo se baseia em sua capacidade de produção e destruição do espaço. Por meio de investimentos em máquinas, manufaturas, força de trabalho e infraestrutura, o capital vincula-se com relações especiais que não podem ser dissolvidas sem causar custos e atritos. Nesse processo, assumem uma função especial os investimentos que servem à exploração econômica de espaços – por exemplo, recursos financeiros para escoamento de trânsito e novas rotas, para extração de matérias-primas ou investimentos em formação/especialização e em proteção de trabalho/saúde. Tais investimentos são amortizados somente após um longo período, ou seja, são temporariamente retirados do circuito de capital primário (consumo imediato) e desviados para o circuito secundário (capital para os meios de produção, formação de ativos para o consumo, como, por exemplo, moradia), ou para o circuito terciário (por exemplo, gastos para pesquisa, desenvolvimento e investimento social). Dessa forma, é absolutamente incerto que tais investimentos sejam realmente rentáveis. O tipo de gastos exigido para construir, por exemplo, uma ampla rede ferroviária mostra claramente que o Estado, por vezes, deve servir como uma espécie de “capitalista coletivo ideal” quando a longo prazo o investimento em larga escala for necessário.

Ciclos de investimentos de longa duração em determinados espaços e horizontes de tempo relacionam-se claramente com todas as “ondas longas”⁵⁷

⁵⁴ Harvey. *Der neue Imperialismus*. p. 140.

⁵⁵ Arendt, *Elemente*, p. 335.

⁵⁶ Ver. D. Harvey, *Spaces of Global Capitalism*, London, New York 2006. p. 71ss.

⁵⁷ Cf. E. Altvater, “*Bruch und Formwandel eines Entwicklungsmodells. Die gegenwärtige Krise ist ein Prozeß gesellschaftlicher Transformation*”, in: Hoffmann (Hg.), *Überproduktion*, p. 217-252; E. Mandel, *Long Waves of Capitalist Development*, Cambridge 1980; A. Kleinknecht, “*Innovation, Akkumulation und Krise. Überlegungen zu den ‘langen Wellen’ der Konjunktur vor dem Hintergrund neuer Ergebnisse der historischen Innovationsforschung*”, in: Prokla (1979). H. 35, p. 85-104.

da acumulação capitalista que estão ancoradas entre as crises de transformação históricas e desembocam na constituição de formações capitalistas mais ou menos coerentes. O conhecimento preciso das relações entre essas “ondas longas” (que, de sua parte, são apenas abstrações analíticas, destiladas “dos eternos altos e baixos da acumulação e do produto social”) ⁵⁸ e a dialética do interno-externo do capitalismo (tematizada por David Harvey) seria um programa de pesquisa válido por si mesmo. Aqui, no entanto, basta indicar a função de estabilização dessa dialética. Investimentos em infraestrutura, em educação e formação técnica constituem, em seus respectivos espaços, ciclos de desenvolvimento econômico que atenuam o problema da sobreacumulação por meio de compromissos de capital a longo prazo. Tais períodos são exatamente os ideais para restringir a socialização de mercado, na medida em que potenciais campos de investimento, como correio, telecomunicações, estradas de ferro, transportes públicos ou educação, são retirados da exploração privada e transformados em bens públicos por meio de intervenções do Estado. Surge, assim, um “externo” para as operações capitalistas individuais e moleculares, que, embora inacessível para a acumulação privada, pode ser utilizado para a melhoria do desempenho econômico.

Dado que essas restrições à socialização de mercado são entrave para a valorização de capital, elas provocam estratégias para a flexibilização ou até mesmo para a eliminação do compromisso de capital espaço-temporal. Nesse sentido, as diferentes ondas de internacionalização das corporações capitalistas podem ser vistas como tentativas de escapar do problema da produção de (mais)valor em suas bases domésticas.⁵⁹ Esta é, no entanto, apenas uma dentre muitas opções estratégicas concebidas para reagir à pressão da sobreacumulação. Harvey descreve uma parte dessas estratégias, dentre elas, a financeirização (mercado de ações, fusões, aquisição de empresas, etc.), bem como a conversão ou privatização de empresas estatais

⁵⁸ Cf. J. Priewe, *Krisenzyklen und Stagnationstendenzen in der Bundesrepublik*, Köln 1988, p. 183ss.

⁵⁹ Cf. W. Ruigrok, R. van Tulder, *The Logic of International Restructuring*. London, 1995.

ou instituições públicas, como “acumulação por espoliação”. Seu efeito consiste no fato de que o capital excedente pode se apoderar dos ativos livres a baixos custos ou até mesmo sem nenhum custo.⁶⁰ Nos espaços onde isso conduz à desindustrialização, ao declínio econômico, desemprego em massa e pobreza, surge novamente um “externo” – regiões devastadas, abandonadas e força de trabalho ociosa – que, em uma fase de desenvolvimento posterior, pode se tornar objeto de investimentos de reparação de longo prazo.⁶¹

Segundo Harvey, a “acumulação por espoliação” é um equivalente funcional ao ato de violência da acumulação primitiva e à *Landnahme* imperialista, como analisada por Luxemburgo e Arendt. *Landnahmen* não se esgotam apenas em práticas “canibais”, “predatórias” ou “fraudulentas”.⁶² Como implicitamente apresentado por Harvey, seu *modus operandi* se baseia em formas extremamente diferenciadas de intervenção estatal. Como demonstrado, a “implosão” de leis de natureza exclusivamente econômica, como, por exemplo, a ampliação de serviços públicos, a produção de bens coletivos ou a expansão de sistemas coletivos de proteção social, pode ocorrer por meio da descomodificação (desacoplamento dos riscos de mercado) e dos compromissos de capital a longo prazo nos ciclos secundário ou terciário. Cada uma das estratégias, que Harvey descreve como “acumulação por espoliação”, utiliza a privatização de instituições públicas e a desregulação dos mercados de trabalho como alavanca para uma re ou descomodificação da força de trabalho. Aplicado à problemática do desenvolvimento, isso significa que o capitalismo não pode existir sem a *Landnahme*, sem a utilização de ativos externos (inclusive força de trabalho ociosa). No entanto, os objetivos concretos, as formas e os meios das *Landnahmen* variam consideravelmente. A escolha da estratégia é sempre um processo político, isto é, *Landnahmen*, no final das contas, são politicamente influenciáveis.

A dialética interno-externo do desenvolvimento capitalista nos ajuda a compreender de forma mais precisa a importância da exclusão e precarização para a racionalidade econômica do capitalismo. O “mecanismo do exército

⁶⁰ Harvey, *Der neue Imperialismus*, p. 147.

⁶¹ Cf. Dörre, Röttger, *Im Schatten*.

⁶² Harvey, *Der neue Imperialismus*, p. 147.

industrial de reserva”,⁶³ que Marx detalhou no primeiro volume d’O Capital, é de certa forma um caso clássico da produção ativa de um “externo”. Em conjunturas atraentes, o exército industrial de reserva foi utilizado em suas diferentes manifestações para mobilizar força de trabalho adicional. Em tempos de crise, os excluídos da produção capitalista representam um potencial de pressão, que é empregado para manter os custos do trabalho os mais baixos possíveis.⁶⁴ A questão social, que Marx tinha em mente, conhece sempre um “interno” e um “externo”. O “interno” abrange a exploração, a apropriação privada de uma mais-valia criada coletivamente, o centro; o “externo” corresponde à redução da remuneração e condições de vida abaixo dos standards da classe, à super-exploração e, em casos extremos, ao completo esvaziamento da capacidade de trabalho.

O impacto contínuo dessa dialética do interno-externo forja espaços sociais e geográficos. Da perspectiva da situação do trabalho na Argélia, analisada por Pierre Bourdieu, tratava-se de uma repetição temporal-espacial da “acumulação primitiva” exigida na periferia de um capitalismo fordista em plena prosperidade. Tratava-se, assim, de uma conexão específica entre *Landnahme* capitalista e precarização. Para a nova classe emergente de proprietários capitalistas (que Bourdieu não investigou), o sub-proletariado argelino representa um “mercado externo” adequado para eventual mobilização de força de trabalho adicional, mas também, antes de tudo, para o disciplinamento da classe trabalhadora industrial em constituição. O aspecto decisivo da diferenciação entre classe trabalhadora e sub-proletariado é a integração daqueles melhores qualificados em um regime de tempo que possibilita um planejamento da vida a longo prazo. Mesmo sob condições de grande desemprego estrutural, trabalhadores capacitados e empregados qualificados possuem uma enorme vantagem na concorrência, pois a segurança relativa de seus empregos oferece a eles a oportunidade de direcionar sua vida a metas e objetivos futuros. Para o sub-proletariado, ao contrário, resta levar “a existência profissional inteira sob acasos e

⁶³ Cf. Marx, *Das Kapital*, v. 1, p. 657ss.

⁶⁴ Cf. Harvey, *Der neue Imperialismus*, p. 139.

arbitrariedades”.⁶⁵ Um exército de reserva de “trabalhadores não qualificados”, pronto para “se submeter a quaisquer que sejam as condições para escapar do desemprego”⁶⁶ é o que há de mais atraente para a exploração. Desemprego ou trabalhos por tempo determinado bloqueiam o desenvolvimento de um planejamento de vida a longo prazo. Os trabalhadores “dividem-se claramente em dois grupos”: de um lado, estão “aqueles que são contratados, para assim permanecer”; de outro, os que “estão prontos para o que der e vier”, prontos para “fugir dessa insegurança”.⁶⁷

A economia mista do capitalismo social-burocrático

Nosso trabalhador temporário ouve com atenção. Muito do descrito por Bourdieu lhe parece familiar. Afinal, ele vivencia com frequência diária as relações contraditórias entre “duas classes de trabalhadores”. Será que a história se repete? Será que lidamos inclusive com um capitalismo cujos mecanismos remetem a uma fase inicial do capitalismo? A resposta é um decidido “sim e não”! Sim, porque as formas de processamento e o efeito disciplinador da precariedade, tal como analisados por Bourdieu, também são esclarecedores para o presente. Não, porque a situação de vida de um especialista em TI não é de maneira alguma comparável à situação de um subproletário argelino.

Para entender e criticar as expressões contemporâneas da precariedade, deve-se considerar o contexto histórico que serviu de exemplo para desenvolver essa nova formação capitalista. Como dito, *Landnahmen* ocorrem no âmbito da alternância entre abertura do mercado e protecionismo. Não se trata de modo algum de uma alternativa “mercado ou Estado”,⁶⁸ e sim de combinações especiais entre mercados e poder político-hierárquico. Em dado momento, o Estado age como protagonista da abertura de mercado; no momento seguinte, se converte em um agente do

⁶⁵ Bourdieu, *Die Zwei Gesichter*, p. 67.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem., p. 113.

⁶⁸ Cf. D. Yergin, J. Stanislaw, *Staat oder Markt*, Frankfurt/Main 1999.

protecionismo. Mesmo o capitalismo fordista, que hoje serve de modelo para definir o que é novo, foi produto de uma *Landnahme* específica. Para ser mais exato, a formação deste capitalismo social-burocrático tem três origens: um ciclo de investimentos infra-estruturais com efeitos a longo prazo; a absorção do potencial de mão de obra de um setor econômico tradicional, agrário e organizado em pequenas empresas; e a antes desconhecida institucionalização do “poder trabalhista”.⁶⁹ Sua gênese está relacionada primariamente às estratégias de descomoditização da força de trabalho.

Os traços essenciais do capitalismo fordista já foram descritos em múltiplas publicações, de modo que ofereço aqui um esboço muito breve. Como “achado” histórico, ou seja, sem qualquer inevitabilidade histórica, *Landnahmen* capitalistas podem dar origem a versões temporariamente estáveis de regimes de acumulação, dispositivos de regulação e modelos de produção. No caso do capitalismo fordista, cujas origens remontam aos anos 1920 e que vivenciou seu auge depois de 1945, trata-se de uma dessas *formações*. O regime fordista de acumulação se baseou nas conexões específicas entre produção em massa e consumo em massa, bem como na consequente sociedade de trabalho assalariado.⁷⁰ Em termos internacionais, o desenvolvimento do fordismo foi condicionado a uma ordem mundial bipolar, com uma hegemonia estável dos Estados Unidos no mundo ocidental. Tal desenvolvimento se baseou em um sistema de câmbio fixo, permitindo que os Estados adotassem políticas fiscais independentes. No fundo, o regime de acumulação podia se amparar em uma política econômica orientada pela demanda, bem como em uma institucionalização do conflito de classes. Isto foi possível durante o apogeu de um modelo de produção e inovação cujos incrementos na produtividade permitiam incluir grande parte dos assalariados – uma inclusão proporcionada por conflitos normalizados e negociações coletivas.

⁶⁹ Em princípio, pode-se diferenciar entre *poder estrutural de organização* e *poder institucional* trabalhista. Cf. B. J. Silver, *Forces of Labor*, Berlim 2005, pp. 30-44; E. O. Wright, “Working Class Power, Capitalist Class Interests, and Class Compromise”, in: *American Journal of Sociology* 105 (2000), n. 4, pp. 957-1002; K. Dörre, H. Holst, O. Nachtwey, “Organizing - A Strategic Option for Trade Union Renewal?”, in: *International Journal of Action Research* 5 (2009), n. 1, pp. 1-35; neste caso, p. 3ff.

⁷⁰ Cf. M. Aglietta, *A Theory of Capitalist Regulation*, Londres 1979.

Como realização do projeto de uma “modernidade organizada”, o fordismo combinava a “anarquia dos mercados” aos princípios organizacionais militares-hierárquicos de grandes burocracias.⁷¹ Por muito tempo, não só as grandes empresas como também as organizações e instituições de bem-estar social seguiram este modelo de pirâmide burocrática.⁷² Um incentivo para tal combinação era a tentativa de integrar classes trabalhadoras antes desprovidas de recursos em um regime de “tempo organizado”. Em consequência, “a possibilidade de gerenciamento passou a definir as atividades e possibilidades individuais” de grande parte dos assalariados.⁷³ Devido a este regime de tempo, as burocracias empresariais e instituições de bem-estar social pós-1949 também garantiam uma certa estabilidade e segurança sociais – em parte, devido ao princípio de funcionamento interno dos aparelhos burocráticos, mas sobretudo por causa dos compromissos sócio-integrativos e pela institucionalização do poder trabalhista.

Tal processo de “incorporação” de interesses trabalhistas organizados em dispositivos fordistas de regulação é claramente evidenciado por autores institucionalistas. Originalmente, a execução de modelos fordistas de produção raramente era associada ao fortalecimento do poder institucional e organizacional de trabalhadores assalariados. Isto mudou a partir de 1945. No entanto, os caminhos trilhados por diferentes nações para incorporar os direitos trabalhistas organizados estruturaram não apenas os sistemas de regulação nacional como também a própria formação do mercado. Nos países escandinavos, coalizões entre trabalhadores e Estado definem a “arquitetura dos mercados”; nos Estados Unidos, as alianças são mais fortemente dominadas pelos interesses do capital, enquanto coalizões alemãs buscam alcançar um compromisso entre os interesses dos trabalhadores e do capital.⁷⁴ Este é um fator (embora não o único) que explica o surgimento de distintos modelos de bem-estar social. De maneira contundente, pode-se dizer o seguinte: quanto maior a força de organização e mobilização dos movimentos

⁷¹ Sennett, *Kultur*, p. 21.

⁷² M. Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen 1980, p. 551.

⁷³ Sennett, *Kultur*, pp. 24 e 33.

⁷⁴ Cf. N. Fligstein, *The Architecture of Markets*, Princeton 2001, p. 67ff; C. Crouch, *Industrial Relations and European State Traditions*, Oxford 1996.

trabalhistas, mais abrangente é o estado social. Via de regra, os movimentos trabalhistas perseguem políticas de descomoditização.⁷⁵ Ainda que a força dos movimentos trabalhistas e dos sindicatos, em si, não explique os diferentes tipos de capitalismo de bem-estar social nem a variação de modelos de produção ou dispositivos de regulação, tais movimentos explicitam um traço da *Landnahme* fordista. Foram os efeitos descomoditizadores da propriedade social – uma propriedade coletiva para manutenção da existência e do status – que converteram o trabalho assalariado em uma gigantesca máquina social de integração. Favorecido por uma prosperidade pós-guerra anormalmente duradoura, o trabalho assalariado se converteu em uma instituição que garantia às classes e aos grupos antes desfavorecidos uma posição social relativamente respeitável, embora as desigualdades fossem mantidas.

Esta mudança foi possível devido ao surgimento de algo que Marx considerava impensável – um capitalismo sem aparente “exército industrial de reserva”⁷⁶ nacional. Ao conceder direitos sociais e atender a reivindicações participativas, não apenas foi possível aliviar o caráter precário do trabalho assalariado como também domar a pobreza absoluta e relativa.⁷⁷ Embora não tenham desaparecido, tais questões foram dissociadas do trabalho assalariado tabelado e legalmente protegido. Tratava-se de uma pobreza de minorias, ligada aos “socialmente desprezados”⁷⁸ – cerca de cinco por cento da população que vivia às margens da sociedade. Ainda que não fosse idêntico a este grupo, o núcleo duro dos pobres correspondia àqueles indivíduos incapazes de garantir sua própria existência e, conseqüentemente, dependentes da assistência social.⁷⁹ As “crianças de rua” do capitalismo social serviam de vitrine para rótulos negativos e sentimentos de culpa. Nas sociedades de trabalho assalariado, a maioria dos indivíduos considerava que a

⁷⁵ Cf. G. Esping-Andersen, *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge 1996, p. 44; W. Korpi, *The Democratic Class Struggle*, Londres 1983.

⁷⁶ Cf. B. Lutz, *Der kurze Traum immerwährender Prosperität*, Frankfurt/Main, Nova York 1984, p. 184ff.

⁷⁷ Cf. S. Paugam, *Die elementaren Formen der Armut*, Hamburgo 2008, p. 164ff.

⁷⁸ R. Dahrendorf, *Society and Democracy in Germany*, Nova York 1967, p. 88.

⁷⁹ Cf. G. Simmel, “Der Arme”, in: G. Simmel, *Soziologie*, vol. II, Frankfurt/Main 1992, pp. 512-555.

questão do pauperismo já havia sido resolvida. O pauperismo continuava relevante no máximo para instituições de cuidado e bem-estar social.

Este quadro idílico apresenta falhas quando se considera que o “capitalismo social-burocrático” foi uma economia mista por todo o tempo. Ao descrever a *Landnahme* fordista como a absorção de um setor tradicional, agrário e organizado em pequenas empresas, Bukart Lutz negligencia qualquer evolução contrária. Durante o capitalismo social-burocrático, a economia orientada para o mercado e os lucros já se baseavam crescentemente em setores, serviços e atividades que seguiam princípios racionais distintos daqueles seguidos pelas grandes empresas fordistas. Tal economia já dialogava com múltiplos setores, incluindo o serviço público (produção de bens públicos), as organizações sem fins lucrativos (racionalidade do abastecimento), a economia doméstica e o setor informal (racionalidade da sobrevivência), bem como as pequenas e médias empresas – um setor heterogêneo, mas vital e importantíssimo para as inovações incrementais.⁸⁰ Mecanismos de defesa traziam resultados especialmente quando os interesses trabalhistas organizados eram sólidos – no setor público e em grandes empresas, com seus trabalhadores em jornada integral (quase todos homens). A distribuição entre diferentes setores também se baseava em construções de gênero e nacionalidade. Dominava o modelo do homem como provedor familiar. Mesmo quando chegavam ao mercado laboral, as mulheres ainda trabalhavam majoritariamente em setores menos protegidos. Ao lado das discriminações político-institucionais, havia também mecanismos básicos de uma ordem social que funcionava “como uma máquina simbólica gigante para a ratificação do domínio masculino”.⁸¹ Portanto, a dinâmica interna-externa da questão social não desapareceu por completo durante o capitalismo fordista. Tal dinâmica continuou presente através da funcionalização das atividades reprodutivas da mulher, da exploração de migrantes ou da exclusão social de uma minoria pela maioria. Mesmo assim, os laços de união do capitalismo

⁸⁰ Cf. L. Gubitzer. “Wirtschaft ist mehr. Sektorenmodell der Gesamtwirtschaft als Grundlage für Geschlechtergerechtigkeit”, in: *Widerspruch. Beiträge zur sozialistischen Politik* 50 (2006). pp. 17-29.

⁸¹ P. Bourdieu, *Die männliche Herrschaft*, Frankfurt/Main 2005, p. 2.

social eram tão intensos na Alemanha Ocidental que a teoria crítica identificou apenas entre os grupos excluídos um potencial de transcendência sistêmica.⁸²

A crise do fordismo

Em retrospecto, os “anos dourados” do capitalismo metropolitano tiveram vida curta. No fim da década de 1960, as forças que haviam levado à ascensão do fordismo se converteram em focos de crise.⁸³ Na Alemanha Ocidental, a cisão histórico-econômica dos anos 1970 pode ser explicada basicamente pelo fim das condições especiais do período de reconstrução e uma conseqüente mudança nas atividades de inovação. A pressão sobre a rentabilidade do capital era perceptível desde meados da década de 1950; em resposta, a partir da crise econômica de 1973-1975, as empresas passaram a adotar uma acumulação de natureza fundamentalmente lucrativa. Ao invés de expandir a capacidade de produção e a massa da mais-valia, o objetivo primordial de uma empresa passou a ser o aumento do lucro. Não obstante, o excesso de capacidade e a pressão sobre as taxas de lucro não foram os únicos focos de crise. Nas empresas, os recursos produtivos da racionalização dominante haviam se esgotado, já que a decomposição, a padronização e o controle burocrático do trabalho contradiziam crescentemente as necessidades de uma mão de obra cada vez mais qualificada. A individualização de estilos de vida e desejos de consumo se chocou com um sistema de produção em massa. No âmbito internacional, o colapso do sistema de câmbio fixo, as mudanças na divisão internacional do trabalho (causadas pela expansão internacional de grandes empresas), a industrialização de países subdesenvolvidos (financiada às custas da contração de dívidas) e as conseqüentes turbulências deram origem a um ambiente diferenciado, com regimes nacionais de acumulação. Diante de uma inflação e um endividamento público crescentes, políticas keynesianas de controle da demanda passaram a

⁸² Cf. H. Marcuse “Versuch über die Befreiung” [1978], in: H. Marcuse, *Schriften*, vol. 8, Springe 2004, pp. 237-317. Neste caso, p. 254ff.

⁸³ Cf. Aglietta, *Theory*, J. Hirsch, R. Roth, *Das neue Gesicht des Kapitalismus*. Hamburg 1986.

ser repudiadas pelas elites e substituídas por estratégias orientadas para a oferta, combinando uma política de austeridade interna à orientação agressiva para o mercado global e à modernização tecnológica acelerada.

No entanto, a natureza técnico-material das forças produtivas também gerou falhas na formação fordista. Mesmo no caso de países ricos em recursos naturais, água potável, solo cultivável e ar puro se converteram em bens escassos devido ao uso extensivo. O principal motivo para tanto foi a destruição de processos regeneradores auto-regulados em decorrência da poluição e do excessivo uso industrial. Sistemas produtivos extrativistas e poluentes tratavam a natureza extra-humana como recurso gratuito. Ao mesmo tempo, as regulações dominantes tratavam de externalizar as consequências, um fator ainda mais evidente no burocratismo estatal socialista do que no capitalismo avançado. Estratégias de sobrevivência adotadas por coalizões burocrático-industriais foram incapazes de promover mais do que “um conserto, a curto prazo, dos danos causados pelo industrialismo”.⁸⁴ A dimensão global dos perigos ecológicos e de suas consequências frequentemente irreversíveis gerou desconfiança quanto ao uso de sistemas altamente complexos e fortemente conectados (usinas nucleares), que prometiam um funcionamento sem falhas, mas eram incapazes de excluir a possibilidade de reações em cadeia catastróficas.⁸⁵

Tudo isso começou a prejudicar a hegemonia do capitalismo fordista e do seu equivalente burocrático-estatal no Oriente. Uma forma histórica do capitalismo, baseada na expansão do mercado interno e na exploração ilimitada de recursos naturais, deixava de ser uma “fonte de lucros estáveis ou até mesmo crescentes”.⁸⁶ As robustas regulações do período pós-guerra, que incluíam uma ampla institucionalização do poder trabalhista, passaram a ser vistas como obstáculo central para a acumulação do capital. Elas se converteram em objeto de uma nova *Landnahme* capitalista que, como produção de um “exterior” específico, buscava reviver o mecanismo capitalista do exército de reserva. Uma vez iniciada, tal *Landnahme* tampouco terminava

⁸⁴ J. Grün, O. Wiener, *Global denken, vor Ort handeln*, Friburgo 1984, p. 298.

⁸⁵ Cf. C. Perrow, *Normale Katastrophen*, Frankfurt/Main, Nova York 1987.

⁸⁶ Hirsch, Roth, *Das neue Gesicht*, p. 88.

quando os lucros dos capitais individuais eram restabelecidos. Pelo contrário, ela encontrava legitimação adicional na integração de mercados exteriores, possibilitada pela implosão do socialismo de Estado, por exemplo.⁸⁷ A digestão intelectual e política dessa implosão dupla ocorreu em uma constelação social na qual a institucionalização do conflito industrial de classes permaneceu estável, a despeito de um desemprego, uma pobreza e uma desigualdade crescentes.

No fim dos anos 1960, tanto políticos quanto intelectuais de diversos Estados europeus foram surpreendidos por um retorno à militância trabalhista.⁸⁸ Enquanto as agitações de 1968 registravam um paralelismo sem precedentes entre um movimento estudantil anti-autoritário e um movimento trabalhista revitalizado, os anos de crise do fordismo – especialmente na Alemanha Ocidental – foram dominados por novos movimentos sociais inter-classes, que promoviam especialmente uma crítica artística do capitalismo. Ao invés de igualdade e justiça distributiva, tais movimentos tencionavam primariamente desconstruir a determinação externa e maximizar a autonomia individual. Difundida especialmente na Alemanha Ocidental, a crítica artística adentrou o sistema político graças ao Partido Verde. Em termos acadêmicos, ela se refletiu na virada anti-produtivista de uma parte relevante da sociologia. O trabalho formal teria perdido a qualidade subjetiva de “centro organizador da atividade de vida, da auto-avaliação, da avaliação do outro e da orientação moral”. Por esta razão, o conflito capital-trabalho não poderia seguir como centro das relações de poder de sociedades avançadas, como argumentava Claus Offe, por exemplo.⁸⁹ O prognóstico era de erosão das relações de trabalho normais e socialmente protegidas. A crítica social (“discurso do empobrecimento”), por outro lado, saiu na defensiva. Quando a precariedade começou a se difundir nos capitalismo avançados, faltou um quadro intelectual de referência a partir do qual um – digamos – trabalhador temporário pudesse se orientar.

⁸⁷ Cf. W. Streeck, “German Capitalism: Does It Exist? Can It Survive?”, in: C. Crouch, W. Streeck (ed.), *Political Economy of Modern Capitalism*, Londres 1997, pp. 33-54.

⁸⁸ Cf. C. Crouch, A. Pizzorno (ed.), *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968*, dois volumes, Londres 1978.

⁸⁹ Cf. C. Offe, “*Arbeitsgesellschaft*”, Frankfurt/Main, Nova York 1984, pp. 7 e 37.

3. O que há de novo no capitalismo financeiro?

Que conclusões nosso interlocutor pode tirar dos pontos acima mencionados? Ele aprendeu a ver o desenvolvimento capitalista como consequência das *Landnahmen*. No fordismo, esta intrincada dialética interno-externo assumiu um formato que teria resguardado da precariedade os homens especialistas e não-migrantes. Mas são águas passadas! De todo modo, nosso trabalhador temporário também desconfia que seguridade social não é tudo na vida. Durante a adolescência, talvez nosso interlocutor tivesse vislumbrado o espírito burguês dos seus pais, que levariam uma vida milimetricamente planejada cujo apogeu seria a construção de uma casa própria. Se vivesse na Alemanha Ocidental, ele provavelmente teria engrossado as fileiras dos protestos anti-autoritários. Se nascido na Alemanha Oriental, teria visto o Estado burocrático socialista se apresentar como única alternativa a uma modernidade organizada, reprimindo liberdades individuais e coletivas em nome da segurança social – e fazendo uso de um poder quase militar. No entanto, relativizações históricas só fazem aumentar a impaciência do interlocutor. Ele quer finalmente entender por que o capitalismo contemporâneo leva até mesmo trabalhadores qualificados à precariedade.

Uma nova etapa da reestruturação internacional

A resposta: a precarização é consequência de uma *Landnahme* com motivação financeira que deforma, prejudica e enfraquece instituições e sistemas de regulação do mercado. As empresas que trespassam as fronteiras nacionais e atuam no mercado global como resultado da crise no regime de acumulação fordista têm um papel importante. As operações internacionais de tais empresas são frequentemente interpretadas como simples globalização econômica. Para alguns autores, o desenvolvimento transnacional dos mercados internos teria avançado de tal maneira que “o conceito de uma economia nacional já seria praticamente obsoleto”.⁹⁰ Em contraste, críticos

⁹⁰ R. Reich, *Die neue Weltwirtschaft*. Frankfurt/Main 1996, p. 15.

alegam – corretamente – que uma economia global na qual “tudo pode ser produzido e vendido todo o tempo, em qualquer lugar”⁹¹ ainda não passa de ficção. Para a maioria das transnacionais, ainda vale a máxima de que a força econômica na base nacional de operações é condição para expandir as atividades além das fronteiras. Portanto, ao invés de insinuar um “imperativo da globalização” uniformizador, é mais sensato falar em uma nova fase de reestruturações internacionais no âmbito de uma longa história de globalização.⁹² Um aspecto formativo desta etapa são as transformações geoeconômicas: a ascensão do Japão como investidor estrangeiro; a transformação dos Estados Unidos em um grande mercado de investimentos estrangeiros diretos; a abertura econômica da Europa Oriental e Central; o *catch up* de alguns países recentemente industrializados e suas próprias empresas transnacionais; o rápido desenvolvimento de nações grandes e populosas (os BRICs); e o crescente peso de blocos comerciais macro-regionais (UE, NAFTA, MERCOSUL) na economia internacional.⁹³ No entanto, as transformações mais importantes estão ocorrendo nas relações entre empresas, governos e mercados financeiros. Neste caso, a globalização se refere à crescente integração e penetração da tecnologia da informação em diversos segmentos do mercado financeiro. Dos anos 1990 até a crise global de 2008, os mercados financeiros foram o segmento econômico de maior crescimento. A esfera financeira era, em princípio, um mero efeito colateral da crescente internacionalização do comércio, da produção e das empresas, mas terminou por converter-se em uma entidade relativamente independente da atividade econômica real. Em 1998, o volume diário de transações no mercado de divisas já passava dos 1,4 trilhões de dólares – cem vezes o necessário para financiar todas as transações de bens e serviços. Só entre 1980 e 2005, os ativos dos grandes investidores financeiros cresceram de três para inacreditáveis 55 trilhões de dólares.⁹⁴

⁹¹ L. Thurow, *Die Zukunft des Kapitalismus*, Düsseldorf 1996, p. 169.

⁹² Cf. J. Osterhammel, N. P. Petersson, *Geschichte der Globalisierung*, Munique 2007; P. Dicken, *Global Shift*, Londres 2007.

⁹³ Cf. J. H. Dunning, *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Wokingham 1992, p. 601ff.

⁹⁴ Cf. Le Monde diplomatique (ed.), *Atlas der Globalisierung*, Berlim 2003, p. 32.

Três complexos causais são essencialmente responsáveis pela relativa dissociação entre a esfera financeira e a economia real: (1) a crescente verticalização das desigualdades de riqueza e renda, que inibe o consumo ao concentrar o dinheiro excedente nas mãos das camadas ricas; (2) o lento crescimento econômico dos centros tradicionais, que caminha lado a lado com um fosso cada vez maior entre lucros crescentes e investimentos decrescentes; e (3) a privatização progressiva dos regimes de pensões, resultando na crescente importância de investidores institucionais, como os fundos de pensão.⁹⁵ O excesso de liquidez nos mercados financeiros é o húmus no qual prospera a transformação do capital financeiro em capital fictício. Patrocinados pela desregulamentação dos mercados e acelerados pelas tecnologias de informação e comunicação, os riscos associados às transações financeiras são desmantelados e regidos por instrumentos financeiros abertos à negociação. Graças aos fundos de pagamento e crédito, D – expresso em títulos financeiros – se converte em mero objeto de especulação, utilizado com o objetivo de realizar D'. Naturalmente, nenhum valor novo adequado pode ser criado por tal operação – afinal, pode-se distribuir apenas aquilo que já foi anteriormente criado na economia real como mais-valia. A concepção fetichista de que o capital monetário poderia se reproduzir na forma de títulos financeiros e derivados, sem conexão com a economia real, é ponto de partida para uma bolha financeira.

Nos grandes mercados do capital financeiro, há tempos os atores já negociam não apenas com divisas como também com perfis de risco e vencimentos dos títulos. Neste processo, micro-atividades econômicas podem trazer resultados macroeconômicos espetaculares. O comércio de derivativos traz riscos substanciais devido à sua alavancagem – antes da crise, ativos financeiros podiam movimentar quatro vezes seu próprio valor. Antes de quebrar em 1998, por exemplo, o fundo multimercado LongTermCapitalManagement (LTCM) – um único ator – podia mover ativos de 125 bilhões de dólares com um patrimônio líquido de 4,8 milhões. Por meio da arbitragem de juros, da especulação cambial e da manutenção de credores e

⁹⁵ Cf. J. Huffschmid, *Politische Ökonomie der Finanzmärkte*. Hamburgo 2002; E. Altvater, B. Mahnkopf, *Grenzen der Globalisierung*, Münster 1996.

devedores internacionais, surgiu um frágil sistema de dependências mútuas que envolve não apenas instituições financeiras como também Estados inteiros. Investidores institucionais – especialmente fundos de pensão, fundos multimercados e fundos de *private equity* no mundo anglo-saxônico – recolhem o dinheiro guardado para aplicar nos mercados financeiros. Juntos, tais investidores exercem influência sobre empresas (comprando suas ações ou obrigações) e governos (comprando títulos da dívida pública). Na Europa e na Alemanha, os investidores institucionais muitas vezes formam parte de institutos financeiros ainda maiores, cuja influência no mercado financeiro é assim potencializada.⁹⁶

O regime de acumulação dominado pelas finanças

Até muito recentemente, o *mainstream* econômico partia do princípio de que a lógica do capitalismo financeiro não apenas otimizava a distribuição de riscos e a alocação de capital como também minimizava as disputas por poder entre grandes empresários. A aplicação indiscriminada desta doutrina levou até mesmo o mais crítico dos críticos a falar em um regime que se estabelecia nos países desenvolvidos: o regime de crescimento dos proprietários, um novo tipo de acumulação que tomava emprestado “do capitalismo anglo-saxônico o domínio da concorrência, o controle corporativo por investidores institucionais, o critério de definição do lucro e a capitalização da bolsa”.⁹⁷ A despeito de uma falta de regulamentação, o regime de acumulação na Europa poderia ser ajustado para o progresso social, desde que os trabalhadores tivessem uma participação adequada no capital. Mesmo antes da crise financeira global, tais considerações levantadas por Michel Aglietta já haviam suscitado polêmica ao oferecer uma avaliação demasiado otimista do boom da nova economia, e sobretudo ao defender que a democratização do regime de proprietários só poderia vir de dentro. Economistas como Robert Brenner argumentavam que os anos de boom da nova economia tinham apenas dado continuidade ao padrão de

⁹⁶ Cf. B. Eichengreen, *Globalizing Capital*, Princeton 1996.

⁹⁷ Aglietta, *Ein neues Akkumulationsregime*, p. 66.

desenvolvimento de superacumulação estrutural.⁹⁸ O boom da economia americana, baseado no crédito, teria agravado os problemas estruturais da economia mundial, já que setores como TI, telecomunicações e mídia também sofreriam com um excesso de capacidade.

Uma explicação é dada por autores que falam em um regime de acumulação dominado pelas finanças sem igualar tal regime a uma constelação de prosperidade.⁹⁹ Numa referência original à expressão marxista do “capital fictício”,¹⁰⁰ François Chesnais argumenta que a independência relativa do capital financeiro não se limitaria necessariamente ao efeito “parasitário”. A acumulação se concretizaria através do aumento de investimentos e capacidades de produção; graças à inclusão de áreas anteriormente excluídas às relações de produção do capitalismo privado; e devido ao aproveitamento da mais-valia, baseado no poder exercido por empresas focais¹⁰¹ sobre seus fornecedores ou na flexibilização e precarização do trabalho. Em outras palavras, a dinâmica do capitalismo financeiro pode atuar a longo prazo como motor de *Landnahmen* destinadas à re-comodificação do trabalho vivo. Isto é possível porque o capital financeiro, apesar de “fictício” em muitos aspectos, é também uma expressão de poder social capaz de estabilizar, a longo prazo, a acumulação movida pelo mercado financeiro.

É o que acontece nos centros capitalistas. O poder social do capital financeiro se reflete em instituições e organizações, que – paradoxalmente – estabilizam o novo regime de acumulação ao mesmo tempo em que contribuem para a vulnerabilidade do sistema ao abrir espaço para má alocação, especulação e corrupção. Entre as instituições capazes de gerar uma estabilização relativa e temporária do sistema estão o mercado de ações

⁹⁸ Cf. Brenner, *Boom*.

⁹⁹ Cf. F. Chesnais, “Das finanzdominierte Akkumulationsregime: Theoretische Begründung und Reichweite”, in: C. Zeller (ed.), *Die globale Enteignungsökonomie*, Münster 2004, pp. 217-254; F. Lordon, “La ‘creation de la valeur’ comme rhétorique et comme practice. Genealogie et sociologie de la ‘valeur actionnariale’”, in: *L’Année de la regulation*, 4 (2000), pp. 117-168; A. Orléan, *Le pouvoir de la finance*, Paris 1999.

¹⁰⁰ Cf. Marx, *Das Kapital*, vol. 3, pp. 482ff e 524ff.

¹⁰¹ No geral, estes são fabricantes finais que dominam as cadeias de valor devido à sua posição privilegiada no mercado.

(função de capitalização), os fundos de investimento (como proprietários) e as agências de classificação de risco (que estabilizam expectativas), bem como os mecanismos especiais de transferência, incluindo aquisições hostis no mercado corporativo. No âmbito dos mercados financeiros institucionalmente estabelecidos, diferentes atores observam suas mútuas expectativas de expectativas, “baseadas num fluxo contínuo de informações”. Assim, “os mercados financeiros são eficientes máquinas de processamento de informações”.¹⁰² Mas este é apenas um lado da moeda – o outro lado é a vulnerabilidade sistêmica.

De fato, do ponto de vista da eficiência econômica, uma série de argumentos substanciais refuta a tese de um *regime* financeirizado. Em tais casos, defende-se a perspectiva inversa de que o capitalismo financeiro não advém da implementação de um modelo de produção superior ou particularmente eficiente. Diferentemente do fordismo, a hegemonia da realidade financeira não está baseada primariamente na fábrica, na combinação de conceitos de racionalização superiores ao consumo em massa. Real é aquilo efetivamente *implementável* em termos de poder. A nível transnacional, o novo regime delegou ao mercado financeiro funções econômicas centrais de determinação, nivelamento e direcionamento dos investimentos. Tal regime levou a transformações profundas no sistema da governança corporativa, afetou fusões e reorganizações de empresas e influenciou os níveis de consumo e o comportamento do consumidor. E todas as tensões produzidas pelo regime financeirizado têm efeitos “concentrados sobre os assalariados”,¹⁰³ como exemplificado pelos três *mecanismos de transferência* apresentados a seguir.

(1) *Valor para acionistas e controle centrado no mercado*: para se proteger de aquisições hostis e fazer aquisições próprias, uma empresa projetada para o mercado internacional – mesmo na Alemanha ou na Europa

¹⁰² Cf. P. Windolf, “Was ist Finanzmarkt-Kapitalismus?”, in: P. Windolf (ed.), *Finanzmarkt-Kapitalismus*, Wiesbaden 2005, pp. 20-57.

¹⁰³ F. Lordon, “Aktionärsdemokratie” als soziale Utopie?, Harnburgo 2003, p. 60.

continental – adota formas de controle dirigidas ao mercado de capitais.¹⁰⁴ O resultado é uma economia planificada a serviço dos rendimentos e lucros. As margens de lucro já não surgem como fruto do desempenho econômico, e sim como direito pressuposto dos proprietários, convertendo-se em uma dimensão central da organização empresarial. Para a gestão estratégica, já não se trata propriamente dos lucros per se, e sim da rentabilidade do patrimônio líquido, tal como este aparece no topo de cada segmento de mercado. Para os executivos da Deutsche Bank, um retorno recorde de 20% é insatisfatório, considerando que bancos concorrentes alcançam retornos de até 40% sobre o patrimônio líquido. A criação de valor para os acionistas – abraçada até mesmo por antigos carros-chefes do capitalismo social, como a Siemens – atua como elo entre mercados instáveis e voláteis, de um lado, e a organização flexível das empresas, do outro. Em consequência, o controle centrado no mercado tem por obrigação garantir a rentabilidade das empresas a longo prazo.¹⁰⁵ A realidade é diferente. Sistemas de decisão e estruturas organizacionais das empresas são submetidas a um rígido controle de lucros, substituindo o “regime do tempo organizado” (orientado para o longo prazo) por uma orientação unilateral para o lucro e um regime administrativo de visão curta.

A ferramenta mais importante para o controle rígido de lucros são as avaliações e metas de lucro, por sua vez pautadas na produtividade do capital e divididas pela gerência em atividades, setores, centros de lucro e custo e até mesmo grupos individuais de trabalho. No centro desta forma de controle está uma variável econômica (valor econômico agregado, EVA) composta por ativos, passivos e juros sobre capital (tal como estabelecido pelas instituições de crédito), além de uma contribuição para os potenciais investidores. Em consequência, os gestores das unidades operacionais recebem uma margem de lucro pré-determinada. Como incentivo para alcançar tais margens, constrói-se uma cultura de competição que inclui estratégias como *benchmarking*, *scorecards* e boas práticas. Esta estratégia de controle eficaz tem efeitos tanto sobre as aquisições adicionais quanto sobre a “faxina

¹⁰⁴ Cf. M. Höpner, *Wer beherrscht die Unternehmen?*, Frankfurt/Main, Nova York 2003.

¹⁰⁵ Cf. A. Rappaport, *Creating Shareholder Value*, Nova York 1986.

consistente” em áreas problemáticas. Mesmo quando são rentáveis, segmentos de mercado, plantas, centros e setores que não alcancem as margens de lucro pré-determinadas devem se preparar para adotar medidas corretivas (reduções de pessoal, *spin-offs*) ou até mesmo encerrar os trabalhos.

A financeirização interna pode levar a mais transparência nas empresas. Má alocação de recursos e atividades ineficientes podem ser reconhecidas mais facilmente. Mais significativo, todavia, é o fato de que a aplicação de normas compatíveis com o mercado (financeiro) transformam profundamente a burocracia de firmas verticalmente integradas. A primazia fordista da economia de produção perante a economia de mercado é invertida. A organização corporativa passa a se orientar tanto pelos mercados de consumo quanto pelos mercados financeiros e constrói estruturas organizacionais condizentes. Por um lado, a produção corresponde à demanda solvente dos clientes. Desta maneira, as plantas modernas da indústria automobilística produzem apenas carros já encomendados. Por outro lado, estas operações estão sujeitas a um rígido controle financeiro. Como resultado, surgiu uma variedade estandardizada de formas organizacionais que transforma relações intra-sucessivas em relações inter-organizacionais com base no mercado. Empresas-chave focam na sua competência central, enquanto serviços relacionados são desmantelados, plantas são divididas, funções de produção e administração ao longo da cadeia de valor são reagrupadas e muitas vezes transferidas para o exterior (*offshoring*). A empresa verticalmente integrada é desmembrada; o princípio da subsidição cruzada é eliminado tanto dentro das empresas quanto nas próprias obras. Desta forma, as conjunturas de venda atingem diretamente as unidades organizacionais. O resultado não é uma organização uniforme, e sim uma reestruturação permanente.

O rígido controle de lucros e um regime de gestão com visão a curto prazo agem sobre um tipo de hegemonia que substitui a combinação entre participação e controle hierárquico (como era o caso durante o fordismo) por um modo de controle centrado no mercado. Embora as hierarquias e as formas burocráticas de organização não desapareçam, a gerência usa o “poder

difuso” do mercado¹⁰⁶ para disciplinar a força de trabalho e defender determinados interesses. Empresas e trabalhadores devem agir de acordo com o mercado, usando recursos próprios para amortecer flutuações econômicas e ameaças de crise. Uma alavanca importante para gerar uma flexibilidade compatível com o mercado é a perpetuação da concorrência entre os trabalhadores. Uma descentralização estratégica e operativa permite que segmentos semi-autônomos – como os centros de lucro ou custo – vivam uma situação permanente de competição. A incerteza assim gerada se converte em fonte de poder de uma gerência que opera por meio de orçamentos, alocação de investimentos e recursos. A coerção objetiva e o anonimato da autoridade são integrais para que funcione o controle orientado para o mercado. A responsabilidade de proprietários e empreendedores termina onde “o mercado” começa a definir os objetivos. Além disso, a rotação carreirista de gestores leva a autoridade empresarial a literalmente perder seu rosto. É a implementação de controles orientados para o mercado – e não, como alegavam Boltanski e Chiapello, a organização empresarial em formato de rede – que forma o verdadeiro cerne da transformação capitalista.

Diferentemente do poder autoritário, o poder difuso do mercado não funciona de modo algum segundo o princípio de mestre-escravo. Seu efeito se baseia na indefinição; o poder se articula de maneira abstrata e anônima, e frequentemente aparece como uma restrição objetiva. A hierarquia da gestão não desaparece, mas faz uso do poder abstrato do mercado para mascarar a própria influência. Para os governados, é difícil compreender este modo de dominação “sem rosto” – que, aliás, não é perfeito, já que depende constantemente de uma integração social, de acordos comuns e, portanto, de uma comunicação com os governados. Neste aspecto, a pressão da concorrência no mercado global não é repassada perfeitamente aos níveis mais baixos. Não obstante, situações reais ou simuladas de concorrência podem sempre ser aproveitadas pela gerência para pressionar a força de trabalho e a representação de interesses em nome da preservação da unidade de produção.

¹⁰⁶ Cf. Mann, *Geschichte der Macht*, vol. 1, pp. 46-56.

(2) *O dispositivo regulador baseado na concorrência*: Aqui já são abordadas as mudanças no dispositivo regulador, cruciais na transição para o capitalismo financeiro. O propulsor é um novo espírito do capitalismo que, condizente com a ortodoxia do mercado anteriormente descrita, proclama a primazia da socialização do mercado sobre o controle hierárquico e a rigidez burocrática. Porém, este espírito só é hegemônico porque se apresenta como projeto de libertação. A ortodoxia do mercado absorveu a mesma crítica ao capitalismo que, durante o fordismo tardio, opunha os movimentos sociais ao regime dominante. Um bom exemplo é a crítica clássica ao taylorismo (tal como promovida pela sociologia industrial) e a política de humanização nela baseada. Construída como crítica artística a partir da decomposição, estandardização, monotonia e do controle autoritário das atividades de trabalho, esta crítica formulou alternativas baseadas em conceitos como autonomia, autodeterminação e responsabilidade. Em suas variantes feministas, padrões similares de crítica repudiavam a dominância do trabalho normal masculino sobre outras formas reprodutivas de atividade. Embora o taylorismo e a dominância masculina sigam presentes na sociedade do trabalho, os padrões de crítica da era fordista parecem pregar para os convertidos. Em um regime baseado na destruição de rotinas, nos horários de trabalho flexíveis e na autodeterminação dos trabalhadores, tais críticas perdem crescentemente o seu sujeito. Ao invés disso, críticos são confrontados com discursos nos quais as estrelas de uma “boemia digital” louvam a jornada de trabalho flexível, o auto-empresendedorismo e o nomadismo trabalhista moderno.¹⁰⁷ O capitalismo flexível se converte em um projeto de auto-realização. No entanto, o que se apresenta como espírito de libertação leva regularmente a polêmicas contra regulamentações – sejam acordos coletivos, participação dos trabalhadores ou sistemas coletivos de seguridade – que restringiriam a liberdade.

¹⁰⁷ Cf. H. Friebe, S. Lobo, *Wir nennen es Arbeit*, Munique 2007. NT: O movimento da “boemia digital” – *digitale Bohème* – se refere a um grupo de artistas, designers e publicitários alemães que encaram a jornada de trabalho fixa como restrição à liberdade pessoal. A alternativa por eles defendida é uma jornada flexível, sem limitações espaciais. A principal crítica a este movimento é justamente a falta de regulamentação: uma jornada de trabalho flexível permitiria uma exploração capitalista em período integral.

O novo espírito do capitalismo – com sua crença na flexibilidade, na velocidade e na ativação – é simultaneamente o meio que transfere as normas compatíveis com o mercado (financeiro) para áreas antes inacessíveis à racionalidade do lucro privado. Ao disputar oportunidades de financiamento público, microrregiões se apresentam como “empreendedores coletivos”, criando condições favoráveis para amortecer a mudança estrutural econômica. Deste modo, antigas estatais – como os correios e o serviço ferroviário – já foram (parcialmente) privatizadas, são geridas como corporações com fins lucrativos e cotadas na bolsa de valores. Organismos públicos privatizam serviços e se reestruturam segundo os princípios da Nova Gestão Pública. Para as agências de recrutamento, desempregados se convertem em clientes, que por sua vez são pressionados para desenvolver uma relação empreendedora com a própria capacidade de trabalho.¹⁰⁸ Nem mesmo as universidades são poupadas. O princípio norteador da “universidade empreendedora”,¹⁰⁹ orientada por metas definidas e avaliada de acordo com seus resultados, é uma diretriz central da reforma universitária europeia.

Todas essas expressões de uma *Landnahme* vinculada à recomoditização e à descomoditização diluem as fronteiras entre formas concorrentes de coordenação em prol de uma coordenação do mercado. Desta maneira, a lógica do capitalismo financeiro penetra profundamente nos poros do organismo social. Em geral, isto acontece sem que as instituições reguladoras sejam diretamente questionadas. Neste aspecto não existe um automatismo comercializador. Políticas destinadas a reforçar a coordenação do mercado enfrentam barreiras institucionais gritantes e racionalidades concorrentes. Assim mesmo, tais políticas transformam dispositivos sociais de regulação. Um bom exemplo são as relações organizadas de trabalho e a convenção coletiva de trabalho. Embora uma operacionalização radical ainda seja exceção, as relações organizadas de trabalho são pressionadas a se

¹⁰⁸ Cf. P. Bescherer, S. Röbenack, K. Schierhorn, “Nach Hartz IV: Erwerbsorientierungen von Arbeitslosen”, in: *Aus Politik und Zeitgeschichte* 33-34 (2008), pp. 19-24.

¹⁰⁹ Cf. S. Maasen, P. Weingart, “Unternehmerische Universität und neue Wissenschaftskultur”, in: H. Matthies, D. Simon (ed.), *Wissenschaft unter Beobachtung*, Wiesbaden 2008, pp. 141-160.

submeterem a uma reestruturação competitiva. Isto não se deve apenas ao fato de que a mudança estrutural econômica reforça a existência de espaços sem negociação coletiva ou convenção coletiva de trabalho. A erosão do sistema de convenção coletiva de trabalho é um processo complexo. Ao aceitar a filiação de empresas que repudiam a convenção coletiva, associações patronais deixam sindicatos sem ter com quem negociar. No setor orientado para o mercado mundial, pacotes empresariais competitivos se converteram em standard de regulação, fixando compromissos fortemente assimétricos e fazendo com que os salários efetivos difiram radicalmente dos salários tabelados, mesmo em setores com forte articulação trabalhista (como a indústria elétrica ou metalúrgica).¹¹⁰ Em categorias pouco articuladas, como o trabalho temporário, a concorrência de pequenos sindicatos – que oferecem seus serviços por um preço mínimo – gera uma fragmentação de salários. Por outro lado, médicos ou maquinistas aproveitam sua articulação para impor condições privilegiadas. O resultado é a erosão da convenção coletiva de trabalho. Um mundo com convenções gerais, que estabeleciam padrões de trabalho e remuneração, “é coisa do passado”.¹¹¹

(3) *A precarização*: A erosão da convenção coletiva de trabalho exemplifica o declínio do poder institucional dos trabalhadores, precedido há décadas pelo enfraquecimento dos sindicatos. Em consequência, a organização do trabalho e as formas de emprego são igualmente pressionadas a se flexibilizarem. O controle do trabalho remunerado por meio do mercado gera uma variedade de formas de trabalho estruturadas e simultaneamente polarizadoras.¹¹² Como resultado de uma flexibilização externa e devido à ruptura com o Estado de bem-estar (o que ajuda a valorizar empregos de baixa remuneração e trabalhos temporários), também ocorre na Alemanha uma precarização da sociedade do trabalho. Dita precarização se concentra em pelo menos três pontos focais. Na parte inferior da hierarquia social estão aqueles desprovidos de um emprego regular, algo que Marx chamava de “mão-de-obra

¹¹⁰ Cf. H. Massa-Wirth, *Zugeständnisse für Arbeitsplätze*, Berlim 2007.

¹¹¹ Wirtschafts- und Sozialwissenschaftliches Institut in der Hans-Böckler-Stiftung (ed.), *WSI-Tarifhandbuch 2006*, Frankfurt/Main 2006, p. 64.

¹¹² Cf. M. Schumann, “Kampf um Rationalisierung – Suche nach neuer Übersichtlichkeit”, in: *WSI-Mitteilungen* 61 (2008), n. 7, pp. 379-386.

excedente” da sociedade de trabalho capitalista”.¹¹³ Deste grupo se distingue o verdadeiro precariado, um grupo crescente de indivíduos dependentes de trabalhos inseguros, com salários baixos e pouco prestígio social. Nesta categoria está grande parte dos mais de um milhão de trabalhadores temporários na Alemanha. O aumento no número de relações de trabalho “atípicas” – de 17,5% (1997) para 25,5% (2007) de todos os trabalhadores – é um indicador pouco confiável da tendência precarizadora, por não computar a rápida expansão de trabalhos mal remunerados em período integral. Cerca de 6,5 milhões de alemães já ganham menos de dois terços do salário mediano – em 2006, isto correspondia a um em cada sete trabalhadores em período integral. As cifras mais altas são observadas entre mulheres (30,5%) e indivíduos pouco qualificados (45,6%). No entanto, cerca de três quartos de todos os trabalhadores de baixa renda têm uma formação técnica ou até mesmo universitária. Apesar de tais condições, a mobilidade ascendente de empregos mal remunerados vem retrocedendo, o que indica uma estabilização da precariedade.¹¹⁴

Um aspecto oculto da precariedade também pode ser observado no âmbito dos empregos formalmente protegidos. O medo de perder o status assombra uma parcela relevante dos trabalhadores. Tal medo não corresponde necessariamente a uma ameaça objetiva, mas é mais do que apenas uma necessidade exagerada de segurança. Dada a competitividade, a perda de salários reais e a erosão paulatina dos acordos coletivos, mesmo os trabalhadores articulados temem perder sua conexão com a classe média. Ainda existem indícios que apontam para uma estabilidade significativa em parte da classe média. No entanto, os medos existenciais no “núcleo da classe média” pouco surpreendem, considerando o aumento do trabalho precário “justamente nas margens do cerne social”, o declínio na projeção de salários e

¹¹³ Cf. Marx, *Das Kapital*, vol. I, p. 657ff.

¹¹⁴ Cf. G. Bosch, T. Kalina, “Niedriglöhne in Deutschland – Zahlen, Fakten, Ursachen”, in: G. Bosch, C. Weinkopf (ed.), *Arbeiten für wenig Geld*, Frankfurt/Main 2007, pp. 20-105; neste caso, p. 42ff; T. Kalina, A. Vanselow, C. Weinkopf, “Niedriglöhne in Deutschland”, in: *Zeitschrift für Sozialistische Politik und Wirtschaft* 164 (2008), pp. 20-24.

os crescentes riscos trabalhistas.¹¹⁵ A novidade é que “o retorno da insegurança social”¹¹⁶ crescentemente atinge grupos que mantinham posições seguras no antigo regime. Por enquanto, o capitalismo sem exército de reserva também faz parte do passado na Alemanha. O que ocorre ao invés disso é uma transição da precariedade marginal para a precariedade discriminatória. Os assalariados são disciplinados pela mera existência de trabalhadores com emprego irregular e condições de vida muito inferiores à média de classe. Como um efeito bumerangue, a concorrência vivida pelo precariado no dia-a-dia faz com que os assalariados vejam seu emprego fixo como um privilégio a ser defendido com unhas e dentes. Neste aspecto, a precariedade discriminatória representa muito mais do que apenas uma mudança sócio-estrutural; o termo representa um sistema de dominação e controle que disciplina os trabalhadores fixos de maneira sutil.

O controle centrado no mercado certamente não surge como constrangimento econômico para as pessoas. Tal como sua versão original, a nova *Landnahme* é um processo permeado pela política. Desregulamentação financeira, privatização de empresas, política do mercado de trabalho – em todas as áreas, o Estado e a política estão envolvidos. A nova *Landnahme* transforma as relações de propriedade ao privilegiar o acionista e dismantelar o sujeito social. Seu motor ideológico é uma ortodoxia de mercado – embalada, por exemplo, pela versão mais suave de uma “terceira via”¹¹⁷ ou de um corporativismo competitivo. Embora os discursos em torno do “ser empreendedor”¹¹⁸ estejam longes de descrever a realidade empírica da nova subjetividade, suas variantes críticas frequentemente fornecem princípios e normas que se combinam de forma contraditória com práticas institucionais, convertendo-se em um desafio para grupos sociais e indivíduos. Quando a promessa de liberdade do liberalismo de mercado se torna obsoleta, ela é

¹¹⁵ Cf. M. Werding, M. Müller, “Globalisierung und gesellschaftliche Mitte. Beobachtungen aus ökonomischer Sicht”, in: Herbert-Quandt-Stiftung (ed.), *Zwischen Erosion und Erneuerung*, Frankfurt/Main 2007, pp. 103-161; neste caso, p. 157.

¹¹⁶ R. Castel, “Die Wiederkehr der sozialen Unsicherheit”, in: R. Castel, K. Dörre, (ed.), *Prekarität, Abstieg, Ausgrenzung*, Frankfurt/Main, Nova York 2009, pp. 21-34.

¹¹⁷ Cf. A. Giddens, *The Third Way*, Cambridge 1998.

¹¹⁸ Cf. U. Bröckling, *Das unternehmerische Selbst*, Frankfurt/Main 2007.

complementada por um novo regime disciplinar. Por exemplo: o Hartz IV, o seguro-desemprego alemão, aumenta a disposição para fazer concessões, especialmente entre os sujeitos que ainda têm um emprego. Vistas de maneira sistemática, as regras estritas da razoabilidade no capitalismo financeiro exercem uma função similar à exercida pelas relíquias legais do período feudal no contexto da acumulação primitiva. Elas ativam e disciplinam os trabalhadores em prol de uma forma de produção nova e flexível. Este sistema só funciona porque *não* pode ser implementado plenamente ou por toda parte. O mito do mercado¹¹⁹ funciona justamente *porque* sempre surgem falhas e contra-movimentos nas tentativas micro-sociais de realização. Ele corresponde aos interesses basais de grupos sociais que participam do modo de acumulação flexível. Nos capitalismo desenvolvidos, estes grupos incluem não somente a maioria das elites políticas e econômicas como também parte relevante da classe média, dos trabalhadores especializados e qualificados, que por décadas ofereceram apoio à cultura do mercado no interior das sociedades. Apoiado por poderosos blocos de interesse, o compromisso-base do social no fordismo é irreversivelmente rompido. Ainda na superfície de instituições aparentemente estáveis, os modelos de produção e os dispositivos sociais de regulação promoveram mudanças no regime de acumulação que, no geral, apontam para um novo estado físico na sociedade.

4. A(s) crise(s) do capitalismo financeiro

Nosso trabalhador temporário já sabe que o capitalismo financeiro funcional e a precariedade discriminatória são dois lados da mesma moeda. Mas por que falamos em formação capitalista quando o panorama global está se desintegrando? De fato, a crise mundial financeira e de superacumulação evidenciou as limitações do capitalismo financeiro. Entre 2008 e 2009, o que havia começado como crise do *subprime* nos Estados Unidos deu origem a um colapso global da economia real – um colapso de dimensões comparáveis à

¹¹⁹ Cf. C. Deutschmann, *Postindustrielle Industriesoziologie*, Weinheim 2002, p. 80ff.

crise de 1929/1932.¹²⁰ Há que ser cuidadoso nesta análise, já que a crise ainda está em curso. De todo modo, uma coisa é certa: diante de tantos choques, seria insensato afirmar que grandes crises poderiam ser evitadas no presente.¹²¹ Crises financeiras são parte integrante do *modus operandi* da nova *Landnahme*. O gerenciamento de crises corresponde às estratégias de descomoditização já ilustradas pelo mecanismo do exército de reserva. No caso de crises financeiras, o *modus operandi* da *Landnahme* tem efeitos diretos sobre as relações de propriedade. Títulos de renda são desvalorizados, voltando a circular com um novo proprietário e a preço de pechincha. Para David Harvey, esta variante da “acumulação por expropriação” pode ser guiada e racionalizada de modo eficiente.¹²² Para ele, crises financeiras seriam responsáveis “pela transferência de propriedade e poder para aqueles capazes de proteger os próprios bens”. Quanto ao gerenciamento de crise apoiado pelo FMI, trata-se em retrospecto da maior “transferência de riqueza dos últimos 50 anos, das mãos de proprietários nacionais para as mãos de proprietários estrangeiros”.¹²³ No entanto, o impacto social da crise é devastador. Só durante a crise da dívida na Argentina, metade da população passou a viver nos limites – ou até mesmo abaixo – da linha de pobreza. 15 milhões de pessoas não tinham dinheiro para produtos essenciais, um milhão vivia com menos de um dólar por dia.¹²⁴

A ortodoxia do mercado se recusa a chamar tais crises de “grandes” – afinal, os centros capitalistas foram poupados das piores consequências. A questão é que os mercados financeiros também puniram o México ou os Tigres Asiáticos, economias que tinham abraçado rigorosamente o Consenso de Washington. O *mainstream* econômico defende que a Grande Depressão de

¹²⁰ Cf. K. Galbraith, *Der große Crash 1929*, 2008, pp. 7-19.

¹²¹ Cf. H.-W. Sinn, “1929 traf es die Juden – heute die Manager”, in: *Der Tagesspiegel*, 27 de outubro de 2008.

¹²² Harvey, *Der neue Imperialismus*, p. 145.

¹²³ Idem, p. 149; ver também R. Wade, F. Veneroso, “The Asian Crisis: The High Debt Model versus the Wall Street-Treasury-IMF-Complex”, in: *New Left Review* 228 (1998), pp. 3-23.

¹²⁴ Cf. N. D'Alessio, “In Argentinien ist etwas schief gegangen”, in: *SOFI-Mitteilungen* 30 (2002), pp. 47-53.

1929 teria sido um “acidente industrial” hoje gerenciável.¹²⁵ Entre políticos e atores dos mercados financeiros, tal argumento parecia haver reforçado a crença de que era necessário continuar racionalizando o mecanismo de crise. Esta crença foi brutalmente destruída pelo colapso global dos mercados financeiros. É evidente que o *modus operandi* da *Landnahme* capitalista só foi capaz de regionalizar e controlar suas crises com meios que – de acordo com Marx – explicitavam suas contradições numa escala ampliada. Para explicar como tal processo desencadeou uma grande crise transformativa, quatros complexos causais podem ser extraídos de crises preliminares.

(1) *Intervenção estatal e “risco moral”*: A dinâmica da nova *Landnahme* estava ancorada na liberalização dos mercados financeiros, conforme exigido nos grêmios internacionais e executado por governos nacionais. No entanto, intervenções estatais constantes eram necessárias para manter o sistema – mostrando, mais uma vez, que os conceitos do fundamentalismo de mercado contradiziam sua execução. Em caso de dúvida, o Estado sempre estava disposto a arcar com as consequências, como na já mencionada falência do fundo multimercado LTCM. Wall Street e a *City* de Londres sabiam que o Estado seria incapaz de ignorar seu peso econômico e seu poder social na eventualidade de uma crise. Este “risco moral” aumentou a disposição ao risco entre empreendedores, contribuindo assim para a grande crise. No entanto, o fenômeno do “risco moral” não afetava apenas as castas mais altas. Num desvio bárbaro do keynesianismo, por exemplo, os governos britânico e espanhol – que implementaram sem ressalvas a doutrina do capitalismo financeiro – especulavam em cima dos ganhos obtidos nos mercados financeiros para financiar empréstimos baratos para imóveis residenciais. Aqui se observa um fator importante para a disposição ao risco, não só na classe política como também entre os gestores das instituições públicas de crédito.

(2) *Desequilíbrios da economia global e limites da política monetária*: O sucesso momentâneo de uma política de dinheiro barato, tal como promovida pelo Fed americano em resposta à explosão da bolha da nova economia, parece ter levado atores-chave à dissociação fictícia entre o setor financeiro e

¹²⁵ De modo crítico: P. Krugman, *Die große Rezession*, Frankfurt/Main, Nova York 1999, p. 7.

a economia real. Esta tendência foi decisivamente reforçada pelos desequilíbrios estruturais na economia global. Grandes crises financeiras ocorrem sempre que potências de hegemonia em declínio tentam manter sua posição dominante por meio da política monetária. É exatamente o que os Estados Unidos tentaram fazer por décadas. No entanto, contramedidas como a compra de dólares de países asiáticos financeiramente fortes e dependentes de exportações (China, Japão) frustraram os interesses americanos e intensificaram os desequilíbrios globais, o que também contribuiu para a eclosão da grande crise. No começo dos anos 2000, quando o Fed diminuiu a taxa básica de juro e deu início a um período de dinheiro barato, os bancos imobiliários e hipotecários dos Estados Unidos aproveitaram para conceder empréstimos com as mais variadas taxas de juros. Devido aos juros baixos, o preço dos imóveis subiu. Proprietários aproveitaram a valorização de seus imóveis para transformar hipotecas de segunda categoria em dinheiro, aumentando o consumo. Desta maneira, o excesso de liquidez nos mercados financeiros foi desviado e canalizado para o círculo primário do capital. Quando o Fed voltou a aumentar a taxa básica de juro, em 2004, o boom imobiliário inicialmente se manteve. Afinal, um dólar supervalorizado – graças à compra de divisas pelas economias asiáticas emergentes, que queriam garantir suas exportações – estimulava o consumo no exterior. Os preços dos ativos eram repetidamente elevados. Para burlar a valorização dos imóveis e realizar o sonho da casa própria, muitos americanos recorreram a empréstimos baratos. Só entre 2005 e 2006, foram investidos 3,2 trilhões de dólares – 20% dos quais eram empréstimos *subprime*, ou seja, concedidos a tomadores de alto risco. Cerca de 2,3 milhões de cidadãos americanos foram afetados por esta prática de empréstimo, que muitas vezes violava os limites da legalidade.¹²⁶ O problema de tal prática é que as taxas de juro inicialmente baixas aumentam depois de alguns anos, dificultando a quitação da dívida.

(3) *Falta de transparência de produtos financeiros*: Para refinaranciar o boom de empréstimos, os bancos agruparam os *subprimes* em portfólios que, por sua vez, foram vendidos a investidores em todo o mundo. Neste processo

¹²⁶ Cf. C. Tigges, “Amerikas neue Geisterstädte”, in: G. Braunberger, B. Fehr (ed.), *Crash*, Frankfurt/Main 2008, pp. 118-124.

de securitização, os créditos podres se converteram em objeto de especulação. Como as perdas foram inicialmente repassadas às parcelas mais altas, a maior parte dos títulos parecia protegida. Cerca de 75% dos empréstimos podres receberam a mais alta classificação de risco, AAA. Conseqüentemente, cada vez mais investidores institucionais e fundos multimercado aderiam ao negócio em busca de oportunidades lucrativas. Entre os atores financeiros envolvidos, a disposição ao risco não tinha limites, uma vez que os gestores de bancos imobiliários ou fundos tinham participação nos lucros, enquanto os riscos eram carregados pelos investidores. Não só fundos multimercado e bancos imobiliários americanos como também instituições de crédito supostamente sérias participavam do negócio. Mesmo bancos alemães fundaram sociedades de propósito específico (SPE) para contornar os regulamentos estabelecidos pelo Acordo de Basileia II. As SPE apostavam nos ganhos resultantes da diferença entre o preço de compra dos créditos e o preço de venda dos títulos legítimos. O diferencial entre as taxas de empréstimo (pagas pelos proprietários de imóveis nos EUA) e os reembolsos (recebidos pelos investidores financeiros) trazia promessas de um lucro adicional.

(4) *Falta de transparência dos riscos:* As práticas empresariais acima descritas alimentaram a busca por rendimentos máximos (financiada pelo crédito) e a disposição ao risco entre atores do mercado financeiro. A bolha cresceu – e, junto com ela, o preço de praticamente todos os ativos. Porém, quando os Estados Unidos perceberam que cada vez menos proprietários de imóveis tinham condições de pagar suas dívidas podres, a economia real reagiu. Expertos como Warren Buffett já diziam há tempos que os novos derivados para transferência de risco eram “armas financeiras de destruição em massa”. Os eventos de 2007 e 2008 lhe deram razão. Em abril de 2007, o líder na concessão de *subprimes*, New Century Financial, entrou em crise. Seguiu-se um choque após o outro, e todos queriam vender seus títulos. No entanto, faltavam compradores e o patrimônio líquido de muitos investidores não era suficiente para satisfazer às necessidades de liquidez. Diferentemente das crises anteriores, a rede de dependências e obrigações mútuas era tão forte que a crise se internacionalizou rapidamente. Em julho de 2007, a crise

do *subprime* atingiu a Alemanha. A Supervisão Bancária, o Banco Central e o Ministério das Finanças tiveram que salvar a Deutsche Industriebank (IKB) da falência. Mas estes foram apenas os arautos do colapso, iniciado com a falência dos bancos hipotecários Fannie Mae e Freddie Mac e de grandes instituições como a Lehmann Brothers. Instituições financeiras fora do âmbito de atuação do Fed entraram em colapso, de modo que a desconfiança se espalhou por todo o sistema bancário. O excesso de liquidez deu lugar a uma crise de pagamentos, já que não havia confiança mútua entre os bancos. Nos Estados Unidos, nenhum banco de investimento sobreviveu; em países como a Islândia, o Estado chegou à beira da falência.

As operações de resgate adotadas desde então não têm precedentes. Logo no início, países desenvolvidos disponibilizaram cerca de 2,4 trilhões de euros para estabilizar o sistema de crédito. Alguns deram início à “nacionalização” dos bancos, enquanto outros (como a Alemanha) ofereciam pacotes de resgate inicialmente voluntários. Entretanto, as quedas dramáticas nos mercados de ações e o aparecimento tardio da crise na economia real – em setores importantes, com capacidades estruturais já esgotadas – foram inevitáveis. Durante o outono de 2008, a economia mundial entrou em uma profunda recessão, de extensão, duração e consequências sociais que só poderão ser avaliadas com o tempo.

Da crise financeira à crise social

Diante do desastre global, a ortodoxia do mercado faz todos os esforços possíveis para esconder as próprias falhas. As “políticas erradas” e as estratégias de atores individuais são responsabilizadas pela crise. Culpa-se o Fed, que manteve uma baixa taxa de juro por mais tempo do que o necessário, ou a ganância de Wall Street,¹²⁷ cujos atores corriam qualquer risco diante da chance de “alavancar” 30 dólares de financiamento externo para cada dólar de capital próprio. Culpa-se uma supervisão bancária ineficiente, que tolerou produtos financeiros de alto risco, além de submeter fundos multimercado e

¹²⁷ Cf. D. Henwood, *Wall Street*, Londres 1997.

investidores institucionais a regras pouco transparentes, aumentando a disposição destes atores a correr riscos (ainda mais diante da crescente concorrência em segmentos apertados do mercado). Ainda que tudo isso tenha contribuído para o colapso do sistema financeiro, tais explicações tendem a ignorar os “erros sistêmicos anônimos” – os mesmos erros usados por Hans-Werner Sinn para traçar um espantoso paralelo entre os judeus de 1929 e os empresários de hoje.¹²⁸ No entanto, este “erro sistêmico” é consequência direta de uma compreensão de mercado pregada repetidamente por economistas como Sinn, segundo os quais os mercados financeiros – como todos os mercados – tenderiam a um estado de equilíbrio.¹²⁹ Esta perspectiva é aplicada de forma dogmática a uma realidade que frequentemente difere do modelo. Mesmo o credo ordoliberal, que defende a regulamentação estatal da especulação,¹³⁰ ignora propositadamente a regra básica do jogo: todas as regras devem ser constantemente quebradas.

É justamente isso que se questiona no teorema da *Landnahme*. A formação do capitalismo financeiro representa uma institucionalização do paralelismo entre a racionalização dos subsistemas, por um lado, e a permanência de manipulações, fraudes, violações e atos repressivos, por outro. Nos vértices da expansão, instituições e atores que haviam momentaneamente estabilizado o sistema especulativo no passado hoje contribuem para um agravamento crítico. Um bom exemplo é a gestão empresarial do mercado de capitais. Embora exerçam uma função nominalmente importante, os proprietários são excluídos das atividades de coordenação dos seus administradores. Acionistas só podem avaliar os sucessos e fracassos da administração em retrospecto. O mesmo vale para

¹²⁸ NT: Em entrevista concedida ao jornal alemão *Tagesspiegel*, o economista alemão Hans-Werner Sinn afirmou em 2008 que “[e]m toda crise se busca um culpado, um bode expiatório. Mesmo durante a Grande Depressão de 1929, ninguém queria acreditar num erro sistêmico anônimo. Na Alemanha da época, os culpados eram os judeus; hoje, são os managers” (ver H.-W. Sinn, “1929 traf es die Juden – heute die Manager”).

¹²⁹ Cf. Sinn, *Ist Deutschland noch zu retten?*, pp. 102f e 533.

¹³⁰ Cf. M. Bloss, D. Ernst et al, *Von der Subprime-Krise zur Finanzkrise*, Munique 2009, p. 229ff.

instituições que originalmente deveriam resolver este dilema. Quando analistas e agências de classificação de risco desvinculam sua avaliação de um conhecimento factual, também passam a operar com continuidades de tendências contemporâneas, com expectativas e expectativas de expectativas. Desta maneira, se apropriam da ignorância e aproveitam a confiança de que desfrutam para oferecer aos empreendedores seus serviços de consultoria comercial.¹³¹

A tarefa dos analistas é reduzir a complexidade dos processos futuros de mercado a um número – a “expectativa dos ganhos futuros”. Trata-se de um prato cheio para a corrupção, porque analistas são pagos por bancos de investimento que nutrem um substancial interesse pelas previsões oferecidas.¹³² Por sua vez, as zonas de incerteza remanescentes podem ser aproveitadas pelos administradores (que dispõem de informações privilegiadas) como instrumentos de poder perante acionistas. O mercado de opções geralmente leva estes administradores a projetarem seus interesses nos mercados financeiros. A perspectiva interna de participação perde peso diante da perspectiva externa, que não fortalece de maneira alguma a lealdade dos gestores para com os acionistas, mas enfraquece a ligação dos executivos com as suas empresas. Na mesma medida em que a vontade coletiva de outras empresas é ignorada, declina a influência dos especialistas concorrentes que poderiam reverter a autonomia dos interesses da gestão. A aplicação da doutrina do valor acionário contradiz a si mesma ao expandir a zona de autonomia da administração estratégica. Tal déficit de controle claramente levou a nova elite administrativa a um avanço, colocando a busca por maximização de lucros a curto prazo no centro das próprias ações. A promessa de controle feita pelo valor acionário não foi cumprida, e a consequência lógica é uma instabilidade sistêmica.¹³³

Como especulador experiente, George Soros chama tais mecanismos de “reflexividade” dos mercados (financeiros), o que significa que os mercados

¹³¹ T. Strulik, *Nichtwissen und Vertrauen in der Wissensökonomie*, Frankfurt/Main 2004.

¹³² Cf. Windolf, “Was ist Finanzmarkt-Kapitalismus?”.

¹³³ Cf. N. Fligstein, *The Architecture of Markets*, Princeton 2001, p.168f; A. Berle, *The American Economic Republic*, Nova York 1963, p. 28.

não funcionam simplesmente como mecanismos passivos de coordenação de processos de troca: os atores envolvidos querem influenciar os processos de maneira ativa.¹³⁴ Fundos de investimento não se limitam a comprar ações de empresas. Ao ameaçar uma saída e desencadear o medo de perdas de curso e aquisições hostis, tais fundos podem pressionar as empresas a qualquer hora. Fundos multimercado – que não revelam nem o nome dos investidores, nem as estratégias de investimento – tentaram múltiplas vezes desencadear eventos nos quais eles próprios tinham apostado. Para satisfazer às demandas dos investidores, fundos de *private equity* precisam recorrer aos ativos líquidos de suas empresas. Quando isto leva à fragmentação de obras e ao fechamento de produções rentáveis, o resultado é o oposto da inovação. Em suma, o capitalismo financeiro como sistema está baseado em instituições e formas de organização às quais manipulação, exagero, especulação, má alocação, fraude e, portanto, desigualdades e crises são imanentes.

Ao longo do ano de 2009, a crise financeira atingiu a economia real. Especificamente, a autonomia relativa da economia financeira, que antes servia de escape à economia real, atua agora de maneira destrutiva e intensifica a crise na produção de bens e serviços. Diante da mais severa recessão mundial desde 1945, antigos defensores fervorosos da ortodoxia de mercado se converteram da noite para o dia em keynesianos professos. Em suas reações à dinâmica de crise, porém, tanto as elites econômicas quanto políticas se comportam como cordeiros. Se antes um ministro alemão das finanças se opunha radicalmente a qualquer tipo de nacionalização, agora tem que implementar um projeto de lei que desapropria os acionistas de institutos de crédito falidos. Seus conselheiros, que antes distribuíam discursos sobre a importância da austeridade, hoje reclamam que os programas de estímulo do governo têm orçamentos muito apertados. Tendo em mente tal reavaliação de valores, a teoria crítica não pode se deixar cegar por esta nova euforia estatal. Diante de tantos investimentos bilionários num sistema bancário doente, os programas oficiais de austeridade (apresentados como única alternativa) são um absurdo. E, claro, ao analisar os programas de conjuntura, constata-se que

¹³⁴ Cf. G. Soros, *Das Ende der Finanzmärkte - und deren Zukunft*, Munique 2008.

há mais no ar do que apenas Keynes. O capitalismo financeiro está longe de ser derrotado – de certa forma, o novo intervencionismo estatal apenas dá continuidade à “acumulação por expropriação”. Afinal, quem paga a conta do “imperativo da globalização” são aqueles que sofrem com o arrocho salarial, os efetivos cortes na aposentadoria, a precarização e a pobreza. Agora, a redistribuição da propriedade social ocorre em nome de instituições de crédito e empresas supostamente relevantes para o sistema. Neste caso, o rótulo da importância sistêmica é frequentemente concedido pelos mesmos profissionais cuja experiência conduziu ao desastre financeiro.

Tais continuidades nos levam a temer o pior. Executivos como Josef Ackermann apontaram sua saída preferida para a crise. Ex-chefe do Deutsche Bank e um dos responsáveis pelo pacote de ajuda financeira, Ackermann se distanciou às pressas da sua obra. Ao afirmar que apenas institutos de crédito fracos precisariam de ajuda oficial, deixa claro o que viria pela frente: haverá vencedores e perdedores; após as turbulências, porém, o próprio capitalismo do mercado financeiro deve se recuperar e voltará a desabrochar. Por mais necessárias que sejam, as regras de transparência para investidores institucionais e fundos multimercado ou as proibições de operações especulativas (venda a descoberto) não mudarão muita coisa.¹³⁵

Focar exclusivamente na falta de transparência da acumulação financeira é também ignorar o fato de que a crise financeira já se converteu há muito em uma crise social. Há uma lógica competitiva em todas as realidades sociais problemáticas – uma lógica que toma de uns o que dá a outros. A precarização da sociedade de trabalho irá aumentar à medida que o trabalho temporário (que a princípio atenuou as consequências da crise) perca sua eficácia. Uma consequência da precarização já é o que Richard Sennett chama de “exaustão”. O capitalismo do mercado financeiro é uma máquina de “aceleração”¹³⁶ e “ativação”,¹³⁷ que existe às custas do medo do declínio social. O medo sempre motiva arranjos com as condições já existentes, como

¹³⁵ Cf. J. K. Galbraith, “Die Weltfinanzkrise – und was der neue US-Präsident tun sollte”, in: *Blätter für deutsche und internationale Politik* 11 (2008), pp. 41-57; neste caso, p. 52.

¹³⁶ Cf. H. Rosa, *Beschleunigung*, Frankfurt/Main 2005.

¹³⁷ Cf. S. Lessenich, *Die Neuerfindung des Sozialen*, Bielefeld 2008.

ilustrado pela posição na qual se encontram os trabalhadores precários. Impulsionado pelo sonho de se converter em trabalhador permanente, o precariado mobiliza todas as energias para ser contratado. Quando os esforços diminuem, periga a queda para uma zona de dissociação total do trabalho regular. Quem vive uma situação de vida e de trabalho precária por muito tempo tende a se acomodar mais cedo ou mais tarde. A energia restante precisa ser utilizada para pagar as contas; para o protesto ou a resistência, tal energia é utilizada apenas em casos excepcionais.

Um sistema que substitui a participação pela disciplina de mercado consegue viver politicamente com resignação e exaustão, mas não com as consequências da atividade declinante no sistema de inovação. Aqui, no coração da produtividade capitalista, existe uma variação peculiar do contraste entre a concorrência mediada pelo mercado e a atividade criativa. Diferentemente da imagem clássica schumpeteriana de um “líder”¹³⁸ assertivo, as inovações de hoje se baseiam em processos coletivos, recíprocos, organizados em formato de rede. Ao lado do conhecimento especializado explícito, o “conhecimento tácito” é crucial. Informalidade, subjetividade, cooperação e não raramente a participação ativa dos funcionários desempenham um papel central na mobilização de tais conhecimentos implícitos.¹³⁹ A racionalidade do capitalismo financeiro produz frequentes *bloqueios inovacionais* devido à sua lógica quantificadora que ignora repetidamente as exigências correspondentes. A permanente reestruturação desgasta novas “boas práticas” de maneira frequente e constante. A gestão a curto prazo tem efeitos negativos sobre os processos de inovação, já que projetos de qualificação e trabalho em grupo parecem arriscados. E o constante apelo empresarial aos trabalhadores para que melhorem continuamente seus processos de trabalho desencadeia explosões, evasões ou simplesmente abstinências – especialmente diante da competição permanente entre os locais de produção.

¹³⁸ Cf. J. A. Schumpeter, *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, Berlim 1997.

¹³⁹ Cf. C. Deutschmann, “Finanzmarkt-Kapitalismus und Wachstumskrise”, in: Windolf (ed.), *Finanzmarkt-Kapitalismus*, pp. 58-84; neste caso, p. 77.

A falta de harmonia entre o princípio dominante de racionalidade e a especificidade dos processos criativos pode ser vista nas universidades, às quais a lógica competitiva chegou ainda que de maneira indireta e modificada. Inovações economicamente mensuráveis, como spin-offs acadêmicos (empresas criadas no âmbito universitário), são financiadas primariamente por “empreendedores invisíveis”, advindos do corpo acadêmico intermediário e precariamente empregado. Quando tais empresas se concretizam, dependem do apoio de redes externas, especialmente de professores que disponibilizam o espaço e os recursos necessários para permitir a realização do trabalho criativo. Como mostra este exemplo, inovações derivam em grande parte de processos não planejados, em nichos que não estão sob um controle direto. Elas se baseiam em aprendizados coletivos e pressupõem confiança e reconhecimento mútuos.¹⁴⁰ O modelo de “universidade empreendedora” – implementado por toda parte com estabelecimento de metas, alocação de recursos vinculada a indicadores e orientação estrita pela excelência – tem a intenção de melhorar também o desempenho econômico das instituições. No entanto, muitas vezes ocorre o oposto. Por meio da infantilização do ensino superior e da orientação estrita pela eficiência, formas associativas de trabalho, liberdade e confiança – justamente os pré-requisitos fundamentais para o sucesso de spin-offs e inovações economicamente mensuráveis – são colocadas sob pressão.¹⁴¹

Quando a racionalidade do capitalismo financeiro – incluindo seus mecanismos de transferência – falha tão claramente em realizar as ambições de eficiência auto-estabelecidas, os problemas de legitimação do novo regime de mercado são evidentes. É questionável, porém, se as instituições democráticas ainda são capazes de trabalhar tais desenvolvimentos de maneira produtiva. Na democracia de massas moderna, dispositivos de regulação representam há tempos “uma tensão entre o poder expansivo do

¹⁴⁰ Cf. W. Lazonick, “The Theory of Market Economy and the Social Foundations of Innovative Enterprise”, in: *Economic and Industrial Democracy* 24 (2003), pp. 9-44.

¹⁴¹ Cf. M. Neis, K. Dörre, “Visible Scientists” und “unsichtbare Entrepreneurs”, Jena 2008.

capital e o princípio democrático”.¹⁴² Ao longo do seu desenvolvimento, o capitalismo demonstrou, ao menos nos centros, que pode coexistir com o princípio democrático, pois este princípio pode construir uma ponte bem-sucedida entre a necessidade da concorrência e a demanda latente por coesão social. Aí repousa a atratividade do capitalismo social – as burocracias estatais socialistas nunca conseguiram reproduzir tal feito. Atualmente, o capitalismo financeiro está prestes a perder essa força. Quando decisões vitais são tomadas por elites sem legitimação democrática (e não por parlamentos), quando o Estado abre mão de atividades centrais e os partidos políticos cortam suas relações com a sociedade civil, faz sentido falar em uma pós-democracia. Uma característica central da era pós-democrática é que para “pessoas que não pertencem à classe de acionistas ou executivos”, é cada vez mais difícil “perceber a si mesmo como grupo social claramente definido”¹⁴³. Dito de outro modo, a lógica generalizada da concorrência destrói identidades coletivas e nega aos cidadãos e cidadãs (mesmo àqueles cuja participação é constantemente solicitada) os recursos mínimos que permitiriam uma participação democrática. Ao promover a degradação de grandes grupos populacionais, a *Landnahme* do capitalismo financeiro desemboca em uma verdadeira crise da coesão social, da capacidade de inovação social e do princípio democrático. A *Landnahme*, assim podemos concluir, é disfuncional não só para o sistema econômico como também para a democracia.

5. Alternativas?

Qual é o significado desta conclusão para o nosso interlocutor? Este se vê confrontado com os efeitos da crise na prática – como trabalhador temporário, ele é um dos primeiros a serem demitidos. Não sabemos como ele lidará com isso. Temos que especular: como democrata obstinado, ele não cederá sua ira e sua indignação ao extremo direito do espectro político, mas tampouco quer aceitar o status quo. Em noites de insônia, nas quais as

¹⁴² Aglietta, *Ein neues Akkumulationsregime*, p. 25f.

¹⁴³ C. Crouch, *Postdemokratie*, Frankfurt/Main 2008, p. 71.

preocupações são avassaladoras, ele continuará a pensar como e com quem poderia mudar alguma coisa.

Existem alternativas? Crise financeira global, exaustão, bloqueios inovacionais e pós-democracia mostram que a *Landnahme* do capitalismo financeiro provoca limitações intrínsecas. Tais limitações não foram criadas por movimentos de protesto, e sim por mecanismos centrais de funcionamento do sistema. Na medida em que isto se converte em conhecimento consciente dos grupos subalternos, surgem possibilidades de mudanças. Ao lado da exaustão e da resignação, surgem oportunidades, críticas, oposição e resistência. Até mesmo grupos precarizados são eventualmente capazes de revolta e protesto. Bloqueios inovacionais podem causar um declínio econômico, mas também podem fortalecer os motivos para uma mudança política. E a tendência pós-democrática pode levar a contra-movimentos surpreendentes, como é o caso de *Organizing for America*, que mobilizou milhares de americanos durante as eleições de 2008.

Com a possibilidade de resistência, ou pelo menos de um comportamento resistente, chega-se a um ponto em que o sociólogo pode aprender com o interlocutor. É impossível prever se o trabalhador temporário acima mencionado vai se engajar, se vai buscar alternativas políticas ou mesmo colocar em prática sua crítica ao capitalismo. No fim das contas, trata-se de uma decisão que cada indivíduo deve tomar para si mesmo, de acordo com as alternativas disponíveis. A questão, porém, é se existem sistemas intelectuais de referência que encorajem a resistência, o engajamento coletivo. O fato é que ainda existe um vácuo grande, apesar da crise. Hoje, as múltiplas variedades da teoria crítica se veem confrontadas com uma “situação pós-socialista”. Embora existam numerosas frentes “com as quais se pode lutar, falta um projeto crível, abrangente, emancipador”¹⁴⁴, que ofereça uma perspectiva às inúmeras iniciativas fragmentadas existentes. Para que isto mude, primeiro é necessário explorar o espectro de alternativas à disposição dos movimentos de oposição. James Fulcher toma aqui um posicionamento claro: “A busca por uma alternativa ao capitalismo é [...] um esforço perdido

¹⁴⁴ N. Fraser, *Die halbierte Gerechtigkeit*, Frankfurt/Main 2001, p. 13f.

[...]. Quem quer reformar o mundo deveria se concentrar no potencial de transformação *dentro* do próprio capitalismo”¹⁴⁵. Em outras palavras, o capitalismo do mercado financeiro é finito, mas só se ele for substituído por uma outra forma de capitalismo.

De fato, uma nova transformação sistêmica do capitalismo é uma opção real. Neste processo, um foco de tensão poderia se converter em tábua de salvação, o que até agora não foi considerado. A lógica competitiva do capitalismo financeiro havia ignorado a questão ecológica ou delegado a solução deste problema aos mecanismos de mercado; agora, os temas ignorados retornam com força ainda maior.¹⁴⁶ As alterações climáticas e a iminente revolução energética pressionam (não apenas) as sociedades ocidentais por uma inovação radical. Para alcançar as principais metas climáticas, por exemplo, só os países industrializados teriam que reduzir suas emissões de monóxido de carbono em 30% até 2020; desde 1990, a UE alcançou uma redução de 1,5%. Para chegar perto do alvo, seria necessário promover “a maior, mais profunda mudança estrutural já enfrentada pela economia”¹⁴⁷. No melhor dos casos, um New Deal ecológico, tendo “o Estado como pioneiro”, poderia criar as condições necessárias para programas de investimento maciço (uso de energia solar, aumento da eficiência energética), redirecionando assim o capital excedente para investimentos infra-estruturais mais urgentes. Para isto, países desenvolvidos teriam que contribuir com tecnologia e conhecimento, enquanto as economias emergentes teriam melhores chances para desenvolver uma economia verde.¹⁴⁸ Tudo isto seria implementado no âmbito de uma ordem mundial multilateral, com fortes blocos regionais de segurança e na qual os EUA aceitariam pacificamente a perda de sua posição hegemônica. Neste momento, as probabilidades de um ciclo ecológico de crescimento não podem ser discutidas em detalhe. De todo

¹⁴⁵ J. Fulcher, *Kapitalismus*, Stuttgart 2007, p. 178f.

¹⁴⁶ Cf. U. Beck, *Die Risikogesellschaft*, Frankfurt/Main 1986.

¹⁴⁷ M. Machnig, “Der Staat als Pionier im 21. Jahrhundert”, in: *Zeitschrift für sozialistische Politik und Wirtschaft* 158 (2007), pp. 14-18; neste caso, p. 14 f. Cf criticamente as contribuições em *Widerspruch. Beiträge zu sozialistischer Politik* 54 (2008).

¹⁴⁸ Cf. Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und Reaktorsicherheit (ed.), *Ökologische Industriepolitik*, Berlim 2006.

modo, é esta a estratégia defendida por economistas americanos mais prudentes, como James K. Galbraith, acrescentando uma informação que o monopólio intelectual tecnocrático da Alemanha tende a ignorar. Um Kondratiev¹⁴⁹ ecológico precisa assumir a pressão exercida sobre os grupos mais vulneráveis da sociedade, investindo em seguridade social, bens públicos e programas de emprego, de modo a corrigir os problemas externos produzidos pela *Landnahme* do capitalismo financeiro.¹⁵⁰

Talvez o caminho para o capitalismo eco-social realmente proporcione um resgate temporário do sistema. Dados os desafios globais historicamente novos, porém, não é possível saber se a economia capitalista de lucro e as soluções por ela apresentadas serão suficientes para resolver os principais desafios no futuro. Por isso, Immanuel Wallerstein foi um dos primeiros a falar abertamente sobre a possibilidade de uma transformação sistêmica. Segundo Wallerstein, as próximas décadas serão marcadas por um novo protecionismo que poderia assumir tanto contornos social-democráticos quanto formas autoritário-populistas. De todo modo, pode-se assumir com “confiança” que “o sistema atual não tem futuro”:

Mas não podemos prever qual nova ordem será escolhida como substituta, porque esta decisão resulta da oposição de uma infinidade de aspirações individuais. Mais cedo ou mais tarde, um novo sistema será instalado. Este não será um sistema capitalista. No entanto, será algo possivelmente muito pior (mais polarizador e mais hierárquico) ou muito melhor (ou seja, relativamente democrático, relativamente igualitário) que o atual. A luta para a seleção do novo sistema é agora a discussão mais importante, mais disputada do nosso tempo.¹⁵¹

Wallerstein explica sua visão por meio do excepcional sucesso do sistema capitalista mundial, o que teria prejudicado as bases de uma nova acumulação. Não se trata de uma argumentação nova. De todo modo, o

¹⁴⁹ Kondratiev é sinônimo de longos ciclos de acumulação capitalista. Cf. nota 93, p. 42f.

¹⁵⁰ Cf. Galbraith, “Weltfinanzkrise”, p. 47f.

¹⁵¹ I. Wallerstein, “Die große Depression”, in: *Blätter für deutsche und internationale Politik* 11 (2008), pp. 4-7; neste caso, p. 7.

diagnóstico de Wallerstein não é completamente implausível. Se a crise global das finanças e da acumulação resultar em uma estagnação mais duradoura, não saberemos como os recursos estabilizadores do sistema serão produzidos e distribuídos no futuro. Se o desemprego e a precariedade seguirem aumentando, os conflitos sociais distributivos serão cada vez mais explosivos. O resultado serão problemas de legitimação do sistema, tal como já emergem na consciência cotidiana dos indivíduos. Em tal contexto, uma sociologia crítica não pode nem deve banir a transformação sistêmica do espectro de possíveis transformações sociais. Criar este tabu simplesmente não seria científico, porque não se pode garantir uma validade eterna para nenhuma formação social. O próprio caso da burocracia socialista mostrou quão rapidamente garantias supostamente científicas são refutadas pela realidade.

Por estas razões, uma crítica sociológica deve ser feita com sobriedade, sem ilusões, buscando tanto alternativas *no* capitalismo quanto alternativas *ao* capitalismo. No âmbito de uma “situação pós-socialista”, porém, suas intervenções devem estar necessariamente vinculadas a quatro premissas. *Primeiro*, a crítica sociológica precisa de uma sonda hermenêutica que a conecte às reclamações diárias e empiricamente tangíveis daqueles que de outra forma não teriam voz. *Segundo*, tal crítica deve prestar contas ao imperativo de uma pluralidade crítica. Numa sociedade democrática, a crítica não tem o direito de reivindicar universalidade. Em vez disso, é essencial que os próprios críticos reconheçam o valor intrínseco dos processos democráticos, aplicando tais valores a si mesmos.¹⁵² Toda crítica deve levar em conta o fato de que ela pode estar errada. *Terceiro*, a crítica social radical precisa de uma *comunidade moral*¹⁵³ – sem, entretanto, se limitar aos fundamentos morais e às sociedades que os propagam. Ela deve fornecer um enquadramento a partir do qual seus argumentos podem ser teórica e empiricamente verificados. Tal enquadramento requer um distanciamento triplo – um distanciamento da sociedade criticada, dos manifestantes e acusadores, mas também dos condicionamentos, das lutas por reconhecimento e dos rituais do campo

¹⁵² Cf. E. Hobsbawm, *Zeitalter der Extreme*, Frankfurt/Main 1994, p. 177.

¹⁵³ Cf. M. Walzer, *Zweifel und Einmischung*, Frankfurt/Main 1991.

acadêmico. *Quarto* e último, a crítica social radical requer sujeitos sociais com os quais possa interagir. Caso contrário, tal crítica não terá efeito algum.

Eis o maior desafio da teoria crítica contemporânea. Para a crítica social clássica, mas também para a crítica clássica da alienação, o sujeito crucial é o movimento trabalhista. Este sujeito está enfraquecido e precisa ser definido, mais do que nunca, pela pluralidade de movimentos trabalhistas; contudo, num contexto global, ele não desapareceu. Particularmente em economias emergentes como Brasil, Coréia do Sul, África do Sul e até mesmo China, os movimentos trabalhistas frequentemente encabeçam as alianças reformistas e os movimentos democráticos. Mesmo nos centros capitalistas, vislumbramos as delicadas sementes de uma revitalização dos sindicatos.¹⁵⁴ Uma crítica eficaz do novo mundo trabalhista, incluindo a necessária contra-experiência, não pode ser feita sem mencionar estes sujeitos.¹⁵⁵ No entanto, a perspectiva de uma reconstrução exclusiva do poder trabalhista já não serve mais para o futuro. É preciso expandir os horizontes.

O teorema da *Landnahme* implica que a teoria crítica deve superar o desprezo por formas periféricas e não-comoditizadas de produção e ocupação. O mesmo vale para os movimentos sociais, que não correspondem aos padrões de um socialismo trabalhista modernizado a todo custo. O processo desequilibrado de uma democracia igualitária, abrangendo o sistema econômico, requer formas adicionais e distintas de poder heterodoxo. Para uma estratégia de pesquisa científica, tais formas serão momentaneamente chamadas de *poder associado* – uma referência às novas combinações entre perspectivas produtoras e consumidoras, por exemplo.¹⁵⁶ Os protagonistas do poder associado pressionam para fortalecer aqueles princípios da racionalidade que buscam ocupar o “imperialismo interno” do capitalismo financeiro. Isto não pode ser alcançado somente por meio do protesto e da resistência. É necessário testar alternativas práticas, reconstruindo setores eliminados pelo setor privado – como a economia solidária ou o setor público.

¹⁵⁴ Cf. U. Brinkmann, H.-L. Choi et al, *Strategie Unionism*, Wiesbaden 2008.

¹⁵⁵ Cf. F. Deppe, *Politisches Denken im 20. Jahrhundert*, 4 volumes, Hamburgo 1999-2008.

¹⁵⁶ Cf. H. Geiselberger (ed.), *Und jetzt?*, Frankfurt/Main 2007.

Se existe uma resposta conceitual às perguntas do trabalhador temporário, a melhor expressão para descrevê-la é *democracia econômica*. Nos últimos anos, sociólogos analisaram as variações do capitalismo; a democracia econômica implica buscar um modo de superá-lo.